



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS JÚNIOR

**UMA ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE
PALMAS (TO) NO PERÍODO DE 2001 A 2016**

**PALMAS – TO
2020**

JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS JÚNIOR

**UMA ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE
PALMAS (TO) NO PERÍODO DE 2001 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus de Palmas do Instituto Federal do Tocantins, como exigência à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Msc. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins**

R696a Rodrigues Santos Júnior, José Augusto
UMA ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO
MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) NO PERÍODO DE 2001 A 2016 / José
Augusto Rodrigues Santos Júnior. – Palmas, TO, 2020.
60 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública)
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,
Campus Palmas, Palmas, TO, 2020.

Orientador: Me. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior

1. Desenvolvimento municipal. 2. Planejamento urbano. 3.
Indicadores socioeconômicos. I. Ribeiro de Menezes Granja Júnior,
Joseane. II. Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS JÚNIOR

**UMA ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE
PALMAS (TO) NO PERÍODO DE 2001 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
Superior de Tecnologia em Gestão Pública
do Campus de Palmas do Instituto Federal
do Tocantins, como exigência à obtenção
do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 11/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Júnior
(Orientador)
Instituto Federal do Tocantins

Prof. Msc. Adão Pinto dos Santos
Instituto Federal do Tocantins

Prof. Msc. Edilson Guedes de Almeida
Instituto Federal do Tocantins

À Deus, princípio e razão de tudo, e à
minha família, pelo suporte
inafiançável.

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao meu amado Deus, primeiro pelo dom da vida e das oportunidades de crescer e aperfeiçoar os conhecimentos, nas renovações diárias dos seus cuidados para comigo.

Agradeço aos meus pais, que mesmo nas limitações impostas pela vida me incentivaram buscar no ensino as oportunidades e batalharam para que eu e a minha irmã tivéssemos as chances que eles não dispuseram.

Agradeço a minha irmã pelas demonstrações de amor dispensado a mim, fazendo-se entender das vezes em que me isolei na companhia dos meus estudos.

Agradeço aos doutores e mestres do colegiado de Gestão Pública pelo compartilhamento das suas experiências e dos aprendizados que me trouxeram até a conclusão deste curso, em especial ao meu orientador, Granja Jr, pelos préstimos atendimentos de minhas demandas.

Agradeço aos amigos que fiz no curso de Gestão, os Gestores Master Marcus Vinicius, Tassio e Miro, pela oportunidade de somar às vivências cotidianas desse processo de caminhada no ensino superior, e o elo que se forma e firma para a vida.

Aos demais colegas de turma e das turmas que partilharam dos mesmos objetivos de possuir uma titulação superior tão necessária em nosso país, que ao longo da trajetória vi uns desistirem, outros mudarem, e os mais persistentes, concluírem.

À minha amiga Railene Veloso pelas palavras e suporte tão necessários para meu processo de amadurecimento enquanto estudante, e, acima disso, ser humano.

Ao meu inoxidável amigo Eron Bringel, pela virtuosa pessoa que é, sempre me incentivando a concluir meus estudos e acreditando na minha capacidade de ir além.

À minha amiga Carol Moura pelos constantes incentivos de conclusão de curso.

Aos companheiros e companheiras de labuta diária na Prefeitura de Palmas, lugar que pude me aproximar e apaixonar pela Gestão Pública.

Aos meus amigos do ensino médio, Lanessa Mota e Fernando Pereira, por me aturar naquela fase e continuar até hoje nessa caminhada.

Ao meu amado amigo Felipe Souza pela amizade que levo para vida.

E aos meus familiares.

RESUMO

Palmas é a última cidade planejada do século XX no Brasil, sendo concebida como centro administrativo-político do estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988. Foi concebida num modelo moderno e sustentável, orientada para ser o propulsor de crescimento para uma região pouco habitada e desenvolvida. Todavia, o plano traçado ficou aquém das intenções, e Palmas teve um processo de ocupação orientada pela especulação e segregação da população, repetindo velhos problemas urbanos e sociais. Partindo desse ponto, o trabalho se propõe a analisar quais foram os caminhos que Palmas percorreu no seu processo de desenvolvimento e crescimento, valendo-se de indicadores socioeconômicos. Buscou-se demonstrar por meio dos indicadores a evolução de Palmas entre os anos de 2001 a 2016, utilizando-se de uma pesquisa qualitativa, explicativa e descritiva dos dados obtidos junto a instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com base nos resultados se observa que Palmas tem cumprido com seu papel de promover o desenvolvimento da região instalada, possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal considerado alto. Certamente que existem muitos desafios a serem superados como a ordenação urbana realizada de forma divorciada do planejamento traçado, assim como as inúmeras decorrências do processo de crescimento populacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento municipal; Planejamento urbano; Indicadores socioeconômicos.

ABSTRACT

Palmas is the last planned city of the 20th century in Brazil, being conceived as an administrative-political center of the state of Tocantins, created by the 1988 Federal Constitution. It was conceived in a modern and sustainable model, oriented to be the propeller of growth for a little inhabited and developed region. However, the plan was short of intentions, and Palmas had a process of occupation guided by speculation and population segregation, repeating old urban and social problems. Starting from this point, the work proposes to analyze which were the paths that Palmas traveled in its process of development and growth, using socioeconomic indicators. It was sought to demonstrate through indicators the evolution of Palmas between the years 2001 to 2016, using a qualitative, explanatory and descriptive research of data obtained from institutions such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Based on the results it is observed that Palmas has fulfilled its role of promoting the development of the installed region, having a Municipal Human Development Index considered high. Certainly there are many challenges to be overcome as the urban ordering performed in a way divorced from the planning outlined, as well as the numerous consequences of the process of population growth.

Keywords: Municipal development; Urban planning; Socio-economic indicators.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Palmas, Tocantins e Brasil (2001 a 2016).....	31
Tabela 2 – Empregos formais em Palmas e Tocantins (2003 a 2016)	34
Tabela 3 – Taxa de ocupação da população de Palmas (TO) de 2006 a 2016	34
Tabela 4 – Distribuição per capita do PIB em R\$ mil: Palmas, Tocantins e Brasil (2001 a 2016)	39
Tabela 5 – Número de empresas e variação percentual: Palmas e Tocantins (2006 a 2016)	46
Tabela 6 – Cobertura de esgoto e água em Palmas (TO) de 2001 a 2016.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Palmas: entre o Rio Tocantins e a Serra de Lajeado	23
Figura 2 – Malha urbana viária principal de Palmas – TO	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação populacional de Palmas, Tocantins e Brasil (2001 a 2016).....	32
Gráfico 2 – Crescimento médio anual da população das capitais brasileiras (2001 a 2016)	33
Gráfico 3 – Média salarial mensal em salário-mínimo: Palmas, Tocantins e Brasil (2006 a 2016).....	35
Gráfico 4 – Salário médio mensal em reais em Palmas, Tocantins e Brasil (2006 a 2016)	35
Gráfico 5 – Admissões por setor econômico em Palmas-TO (2004 a 2016).....	36
Gráfico 6 - Demissões por setor econômico em Palmas-TO (2004 a 2016)	37
Gráfico 7 – Evolução dos servidores públicos municipais em Palmas-TO (2001 a 2016)	37
Gráfico 8 – Produto Interno Bruto de Palmas -TO em milhares de reais (2001 a 2016)	38
Gráfico 9 – Média anual de crescimento percentual do PIB das capitais brasileiras (2001 a 2016).....	38
Gráfico 10 – PIB de Palmas (TO) pela ótica da renda por setores econômicos (2001 a 2016)	39
Gráfico 11 – Variação (%) do PIB e PIB per capita de Palmas e Tocantins (2001 a 2016)	40
Gráfico 12 – Arrecadação de Palmas (TO) de 2001 a 2016	40
Gráfico 13 – Arrecadação Tributária de Palmas -TO em milhares de reais (2001 a 2016)	41
Gráfico 14 – Receita tributária per capita de Palmas-TO de 2001 a 2016	42
Gráfico 15 – Despesas de Palmas (TO) em milhares de reais (2001 a 2016)	43
Gráfico 16 – Despesas de Palmas (TO) por grupo de natureza de despesas, em milhares de reais (2001 a 2016).....	43
Gráfico 17 – Investimentos e custeio per capita em Palmas (TO), de 2001 a 2016.....	45
Gráfico 18 - Investimentos em educação e saúde em Palmas-TO, em milhares de reais (2001/2016)	45
Gráfico 19 – Distribuição das empresas por dos setores de atividades econômicas em Palmas-TO (base 2006)	46
Gráfico 20 – IDHM do município de Palmas (TO), de 2007 a 2013.	47

LISTA DE SIGLAS

CAGED – Cadastro de Empregados e Desempregados
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
FINBRA – Finanças Municipais
FJP – Fundação João Pinheiro
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN – Imposto sobre Serviço Sobre Qualquer Natureza
ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Inter-Vivos
ME – Ministério da Economia
ONU – Organização das Nações Unidas
PAS – Pesquisa Anual de Serviços
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TO – Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 Contextualização sobre o desenvolvimento econômico	15
2.2 A dualidade entre desenvolvimento e crescimento econômico	19
2.2.1 Crescimento econômico e o desenvolvimento urbano.	20
2.3 O planejamento urbano de Palmas e seu processo de ocupação	23
2.4 Conceitos sobre indicadores socioeconômicos	27
2.4.1 Indicadores socioeconômicos de Palmas (TO)	29
3 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE PALMAS (TO)	31
3.1 Os indicadores sociais de Palmas	31
3.1.1 População e crescimento populacional	31
3.1.2 Emprego e renda	33
3.2 Os indicadores econômicos de Palmas	38
3.2.1 Produto Interno Bruto	38
3.2.2 Receitas arrecadadas	40
3.2.3 Despesas executadas	42
3.2.4 Desempenho empresarial	45
3.3 Indicadores socioeconômicos de Palmas	47
3.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	47
3.3.2 Cobertura de água e esgoto	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A - TABELA DE RECEITAS DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2001 A 2018	55
APÊNDICE B - TABELA DE RECEITAS DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2009 A 2016	56
APÊNDICE C - TABELAS DE RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2001 A 2016	57
APÊNDICE D - TABELA DE DESPESAS DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2001 A 2016	58
APÊNDICE E - TABELA DE DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2010 A 2016	59

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento econômico e crescimento econômico são temas que a ciência econômica busca estudar e compreender por várias óticas de avaliação. Há certa similaridade em ambos os conceitos.

Nesse sentido Souza (1993) explica que no pensamento econômico existem duas grandes correntes: a primeira com inspiração teórica e pertencentes às escolas clássica e neoclássica, estabelece a relação entre desenvolvimento e crescimento econômico de forma sinônima, já a segunda, de orientação crítica e pertencente às escolas marxista e cepalina, conceitua o crescimento econômico como uma variação quantitativa, enquanto desenvolvimento uma variação qualitativa das estruturas sociais e produtivas.

De toda sorte, tanto crescimento quanto desenvolvimento possuem raízes no processo histórico das nações, sendo os seus efeitos não homogeneizados por um conjunto de situações que variam em cada região, a exemplo do processo de urbanização das nações com a mudança do modelo econômico então vigente.

Para Santos (2012) a urbanização é um fenômeno tanto social quanto econômico, sendo a primeira derivada de um estreito, complexo e intrincado processo de crescimento econômico.

No caso brasileiro, a busca por um modelo de crescimento econômico alinhado à uma política de desenvolvimento econômico deficitária possibilitou uma urbanização com graves entraves, com o que Cano (2011) veio a chamar de “problema urbano”.

O planejamento urbano mais recente, que geralmente busca diminuir esses “problemas”, mostra-se inoperante e incapaz de apresentar soluções que pleiteiem as causas econômicas, sociais e urbanas, sobretudo por apresentar um caráter técnico que atende a interesses meramente políticos. Infere-se com isso que áreas que apresentam crescimento desordenado/anárquico e que são ocupadas por população de baixa renda, expõem a maldita qualidade urbano-habitacional muito mais por falta de investimentos do que por ausência de sujeição a um plano (VILLAÇA, 2000).

A cidade de Palmas (TO) surge no meio do movimento social pró-Reforma Urbana, que ganhou importância nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Foi implantada em 1989 em um contexto nacional de alta inflação onde os investimentos em terras surgiam como alternativas seguras contra as constantes desvalorizações da moeda, característica do cenário apresentado (VELOSO, 2014).

A cidade pensada para ser o polo irradiador do desenvolvimento para a região central do estado do Tocantins, não fugiu à regra de suas irmãs mais centenárias, sofrendo, por caprichos políticos, revés do seu próprio embrião de cidade planejada.

O processo de urbanização da cidade conseguiu absorver todos os problemas de planejamento das cidades brasileiras – crescimento desordenado e sem controle algum por parte do Estado – definindo mais ainda o processo segregacionista inerente ao sistema capitalista, ou seja, uma cidade jovem e contemporânea com os mesmos problemas de cidades brasileiras mais antigas de quem tiveram a urbanização diretamente ligada ao processo de industrialização do país (VELOSO, 2014).

Nesse particular, surge a indagação de como a cidade transitou pelos caminhos que lhe foram traçados? Conseguiu a capital mais jovem do país superar os gargalos que surgiram no período inicial da sua instalação? Buscando compreender como a cidade lidou com esses desafios é que se propõe o presente trabalho.

Partindo deste princípio, o objetivo geral é analisar qual a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Palmas (TO) dos últimos 15 anos iniciados em 2001. Os objetivos específicos são: a) caracterizar o que são indicadores socioeconômicos; b) descrever os indicadores socioeconômicos do município de Palmas (TO); e c) demonstrar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Palmas (TO).

A justificativa para estas questões é buscar compreender como uma cidade planejada vem lidando com os desafios alheios a todas as cidades por meio das sínteses de suas informações socioeconômicas.

Para tanto a metodologia utilizada nesse trabalho é uma pesquisa de abordagem qualitativa, explicativa e descritiva, tendo por base na revisão bibliográfica necessárias à compreensão da representação e avaliação dos indicadores socioeconômicos sistematizados por órgãos e instituições, como o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com isso, além desta introdução, o trabalho conta ainda com uma revisão da literatura com a abordagem sobre o desenvolvimento econômico, crescimento econômico e desenvolvimento urbano, além de conceituar indicadores socioeconômicos que serão avaliados no terceiro capítulo. O trabalho é encerrado com a quarta com as conclusões acerca desse dos resultados da avaliação dos indicadores socioeconômicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contextualização sobre o desenvolvimento econômico

O desenvolvimento é uma das muitas questões que a ciência econômica busca estudar e compreender, possuindo no arcabouço literário um vasto campo de estudos que podem ser sintetizados por meio de escolas econômicas.

Em resumo o pensamento econômico divide-se em três períodos distintos, sendo o pré-moderno da era grego romana, onde economia e filosofia eram uma só ciência, o moderno com os mercantilistas e fisiocratas e o individualismo econômico, e o período contemporâneo, com o início da considerada primeira escola científica, a clássica ou liberal, do qual se deu o início dos estudos econômicos mais sistematizados, o que inclui as razões do desenvolvimento.

Adam Smith (1723-1790), expoente da escola clássica, foi o divisor dos estudos sobre o desenvolvimento econômico ao abordar de forma meticulosa a temática em seu livro "*A Riqueza das Nações*", de 1776. Suas teses serviram de base para grande parte da formação do pensamento econômico posterior a ele. Nascido na Inglaterra no período inicial da Revolução Industrial, Smith foi um homem à frente do seu tempo, e povoou um caminho que seria trilhado por todos os seus sucessos.

Hunt (1979) descreve Smith da seguinte forma:

Smith se distingue de todos os economistas que o antecederam, não só por sua formação acadêmica e pela vastidão de seus conhecimentos, como também porque foi o primeiro a elaborar um modelo abstrato completo e relativamente coerente da natureza, da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista. Notava que havia importantes ligações entre as principais classes sociais, os vários setores de produção, a distribuição da riqueza e da renda, o comércio, a circulação da moeda, os processos de formação dos preços e o processo de crescimento econômico. (HUNT, 1979, p. 78)

Segundo Hunt (1979), Smith acreditava que o desenvolvimento econômico se dava em quatro estágios (caça, pastoreio, agricultura e comércio) e que em cada um deles havia métodos de produção e distribuição das necessidades econômicas da sociedade, que entendidos, era a chave para a compreensão de suas instituições sociais e governos.

Para Araújo (1988) o núcleo das ideias de Smith sobre desenvolvimento está centrado na taxa de acumulação de capital, tese que seria seguida, ainda que de forma parcial, pelos seus precursores.

Foi a partir das ideias de Smith que outro inglês se destacou na era moderna, sendo David Ricardo (1772-1823) o responsável pelo refinamento das ideias iniciais de Smith. Araújo (1988) cita que Ricardo, que nunca ocupou uma cadeira em universidade, mas que com seu intelecto e capacidade de reflexão, definiu as bases de conceitos econômico que são utilizados ainda hoje no pensamento econômico. Ricardo construiu uma linha de pensamento que orientou a formação do pensamento marxista, keynesiano e cepalino, tendo como pano de fundo as teorias das vantagens comparativas, teorias da repartição, como exemplo.

Neste ponto um outro grande economista da escola clássica foi Karl Marx (1818-1883), que influenciado pelas teses ricardianas, formulou o estudo econômico chamado de materialismo histórico e dialético, que Vieira *et. al* (2012) explica o materialismo como o resultado de múltiplas determinações fruto das ações humanas no processo histórico, entendido este quanto aos conflitos no tempo e espaço das contradições do modo de produção e lutas de classes.

A contestação marxista consiste na crítica aos seus antecessores no sentido de que eles pouco ou nada se esforçaram em reconhecer a conjuntura histórica que permeava as suas teses. Hunt (1979) ilustra que para a opinião de Marx a deficiência dos seus antecessores era a falta de perspectiva histórica, visto que a sociedade europeia tinha passado por uma série de transformações ao longo de sua existência, saindo do modelo escravista e feudal para a organização capitalista, e que a produção e relação social acompanhava as mutações destas épocas e não deveriam ser desprezadas.

Conforme Araújo (1988), Marx entendia que o desenvolvimento econômico se dava pela apropriação da classe operária do excedente do produto social (mais-valia), alcançando, desta feita, o bem-estar social.

O método marxista orientou os estudos de Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), que influenciado pelas descobertas de Marx quanto a história econômica, desenvolveu a tese que o desenvolvimento econômico é baseado na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Para Schumpeter (1982):

[...] o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (SCHUMPETER, 1982, p. 62)

Schumpeter foi o primeiro a levantar a tese de que desenvolvimento econômico e crescimento econômico se divergem quanto a sua concepção, sendo aquele relacionado à história econômica e este a teoria econômica em sua construção crítica. Accorsi (2007) ilustra a questão schumpeteriana desta forma:

[...] Schumpeter considera o ambiente econômico permeado por incertezas, principalmente no tocante à realização da produção, e o tempo econômico passa a ser fundamental, pois as decisões dos agentes no presente impactam o comportamento do sistema econômico no futuro. (ACCORSI, 2007, p. 23)

Divergindo da corrente neoclássica predominante à sua época, um nome foi responsável pela segunda grande virada do estudo econômico, sendo Adam Smith responsável pelo primeiro. John Maynard Keynes (1883-1946) é o nome do responsável por abrir divergência dos neoclássicos da corrente marginalista, que acreditavam, com base na “*Lei de Say*”, que o processo de produção capitalista era também gerador de renda onde a oferta cria sua própria demanda.

Keynes, no contexto de crise na década de 1920, onde o desemprego era crescente e contínuo, refutou no canônico “*Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*” de 1933, a tese predominante à época, sendo capaz de explicar a crise que estava instalada. Segundo Araújo (1988), Keynes assinala duas grandes fraquezas do capitalismo: desemprego e desigualdade de distribuição de rendas e riquezas. Tais fraquezas podem ser superadas. A teoria da demanda efetiva sintetiza que a demanda pode ser maior ou menor a depender da produção em um determinado período. Se for menor há desemprego, se maior, inflação. Não há ajuste automático como sugerem os seguidores da “*Lei de Say*”, mas uma combinação ótima de consumo e investimento que iguala a oferta e demanda.

Keynes não se preocupou fundamentalmente em explicar o desenvolvimento econômico, mas em entender e orientar caminhos para saída da crise capitalista que vivenciara em seu período de formulação da *Teoria Geral*, das quais sustentam o conjunto de pensamento que vieram posteriori a publicação.

Na era pós-keynesiana, no campo do desenvolvimento econômico, os teóricos Roy F. Harrod (1900-1978) e Evsey Domar (1914-1997) se destacam por se utilizar das bases das ideias de Keynes ao definir que o desenvolvimento é explicado pelos níveis de poupança e produtividade do capital.

Já na corrente oriunda da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que teve influências tanto de Marx quanto Keynes, destaca-se Raul

Prebisch (1901-1986), com a sua teoria do desenvolvimento dependente, especificamente sobre a tese centro-periferia.

Prebisch buscou entender a relação do subdesenvolvimento, em especial aos países da América Latina. Segundo Accorsi (2007), Prebisch acreditava que as razões do subdesenvolvimento estavam relacionadas à fatores endógenos, como a concentração fundiária, o mercado interno inexpressivo combinado com a alta taxa de crescimento demográfico.

A terra improdutiva, a produção orientada para a subsistência, a baixa inovação tecnológica e o crescimento populacional que pressionam os gastos sociais e necessidade de investimentos em infraestrutura, são as estruturas dos países periféricos. Para Couto (2007) a ideia de desenvolvimento de Prebisch:

[...] não viria de forma espontânea e sim de um esforço racional e deliberado, onde a acumulação de capital e a redistribuição da renda não se dariam pelo livre jogo do mercado, mas somente com uma grande participação do Estado sobre a poupança, a terra e a iniciativa individual, dando dinâmica ao sistema. (COUTO, 2007, p. 54)

A teoria centro-periferia de Prebisch serviu de base para as teses de Celso Furtado (1920-2004), que formulou o método histórico-estrutural para explicar o subdesenvolvimento. Para Furtado (2000) as condições do subdesenvolvimento é historicamente influenciada pelo capitalismo industrial das economias desenvolvidas.

Cabe, portando, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo forçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensas a modernização das formas de vida em sua periferia. (FURTADO, 2000, p. 28)

No contexto atual, o desenvolvimento econômico tem se baseado em outras variáveis que não somente aquelas naturalmente estudadas nos núcleos do pensamento econômico, levando-se em consideração os efeitos não somente na economia, mas também no comportamento individual e em sociedade, à exemplo das ideias defendidas por Amartya Sen (2000), do desenvolvimento pautado na liberdade individual¹, e Ignacy Sanchs (2004) e o desenvolvimento sustentável².

¹ Mais detalhes, ver: SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

² Mais detalhes, ver: SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

2.2 A dualidade entre desenvolvimento e crescimento econômico

Crescimento econômico e desenvolvimento econômico podem sugerir se tratar de uma mesma ideia, mas guardam particularidades que as difere no *stricto sensu*. A vasta coletânea de estudos econômicos parece não contribuir para um sentido único, possuindo uma diversidade de conceitos e aplicações.

Souza (1993) estabelece que existem no pensamento econômico duas grandes correntes. A primeira com inspiração teórica estabelece a relação de sinônimo entre os termos desenvolvimento e crescimento econômico, e concentra grande parte dos teóricos da escola clássica e neoclássica, como Solow, Domar e Harrod.

Já na segunda corrente estão os teóricos de orientação crítica, como Marx, Prebisch e Furtado, que conceituam o crescimento como sendo uma variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é uma variação qualitativa das estruturas sociais e produtivas, dos quais acreditam que o crescimento é indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente.

Souza (1993) define ainda que para o crescimento econômico é necessário superar o crescimento demográfico, expandindo-se a oferta de emprego e as rendas públicas, a fim de que o governo tenha disponibilidade em suportar os gastos públicos no atendimento das necessidades dos menos favorecidos, que nessa ótica, resulta em uma melhora nos indicadores sociais.

Em se tratando de gasto público, Bagoni *et al.* (2011) cita que Adolf Wagner foi pioneiro nos estudos da relação entre gastos públicos e crescimento econômico, formulando a tese “*Lei dos Dispendios Públicos Crescentes*” em que defende que o crescimento da renda *per capita* exige participação cada vez maior do governo na geração de oferta de bens públicos.

Dessa forma, Bagoni *et al.* (2011) demonstra que:

No Brasil, a política fiscal possui raízes históricas profundas, uma vez que coube ao Estado a responsabilidade pela promoção do crescimento econômico ocorrido no Brasil a partir da década de 1930. Com a função de planejar políticas fiscais, o governo estimulou o desenvolvimento econômico e viabilizou o funcionamento dos serviços públicos demandados pela coletividade. (BAGONI *et al.*, 2011, p. 163)

Os modelos que partem desse princípio são os orientados para o crescimento exógeno baseado em Solow, que mostra o crescimento possível por meio do estoque de capital, e endógenos baseado em Romer, em que considera a tributação o principal determinante do crescimento à longo prazo.

Logo, para esses teóricos a política fiscal adotada pelo governo influencia diretamente o crescimento econômico no tempo. Cumpre resumir que a política fiscal compreende três funções, sendo a alocativa, distributiva e estabilizadora, que Giambiagi (2011, p. 10) explica ser, respectivamente, o fornecimento de bens públicos, a distribuição de renda justa pela sociedade e a oferta de nível de emprego e estabilização do poder de compra.

O trabalho não se propõe a esmiuçar essa questão, apenas lançar luz ao entendimento das muitas correntes que buscam determinar o crescimento econômico.

2.2.1 Crescimento econômico e o desenvolvimento urbano.

O recente processo de desenvolvimento urbano guarda consonância com o período de crescimento econômico visto no capitalismo industrial, onde para a promoção e expansão da atividade industrial houve a necessidade de mão de obra e meios de produção, o que resultou em transformação das cidades e das relações sociais (SPOSITO, 2008).

Para Santos (2012) a urbanização é um fenômeno tanto social quanto econômico, sendo a primeira derivada de um estreito, complexo e intricado processo de crescimento econômico. A dinâmica de produção e consumo mundial, dirigidas para o crescimento, transformam o espaço urbano descaracterizando-o enquanto espaço para se viver, sendo os serviços básicos como saúde e educação, infraestrutura e transportes voltados para a produção em escala.

Segundo o autor, o processo de urbanização se deu de duas formas distintas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, onde naqueles a urbanização é fruto da industrialização e nestes da expansão demográfica. No caso brasileiro, o processo de urbanização foi desencadeado sobretudo da modernização da infraestrutura pública com investimentos do governo para acolhimento dos pleitos da indústria.

Partindo deste pressuposto, Monte-Mór (2007) ilustra que nos países latino-americanos, em sua maioria, o núcleo da urbanização é a tomada da cidade pela indústria, trazendo consigo o proletariado e a produção para seu centro de poder, fruto da herança socioeconômica pautada na miséria e atraso de um setor moderno industrial e uma agricultura retrógrada, que contorna o subdesenvolvimento latino-americano na concepção cepalina.

Já Maricato (1995) acredita que o processo de urbanização e o crescimento econômico ocorrem simultaneamente com o crescimento da desigualdade, o que acaba por desencadear a concentração espacial da pobreza e considerável segregação urbana.

Cano (2011) por sua vez explica que durante a expansão industrial da década de 1960, que também culminou na expansão da população urbana em ritmo acelerado, não houve um planejamento eficaz por parte do governo brasileiro que renegou para segundo plano os problemas sociais acentuados pela crise econômica de 1962 a 1967, permitindo que a urbanização brasileira se desse de forma desorganizada, no chamado “problema urbano”, ou seja, carência e deficiência de infraestrutura e de atendimento às demandas sociais urbanas.

Neste contexto, acentua-se uma acelerada e desordenada expansão do urbano, acompanhada de ausência/degradação da infraestrutura mínima de serviços de educação, saúde, transportes, limpeza urbana, saneamento (VELOSO, 2014).

Todo o contexto apresentado orienta uma reflexão de que é fundamental repensar o planejamento urbano por representar a integração de um modelo estatal pautado em relações de poder ao sistema capitalista industrial pós-guerra e por criar um espaço social urbanizado e articulado política e ideologicamente.

O planejamento repercute na recolocação do debate sobre o regional/local e o rural/urbano, correlacionados na busca da compreensão dos acontecimentos e de um planejamento para o desenvolvimento (VELOSO, 2014). A autora complementa ainda que o planejamento urbano compreende o planejamento de cidades novas, elaboração de planos urbanos, zoneamento, e urbanismo sanitário, buscando o melhoramento e revitalização de perspectivas como a qualidade de vida da população dentro da área urbana.

A prática do planejamento urbano tem um forte atrativo pela regulamentação do mercado imobiliário através de leis detalhadas de uso do solo e zoneamento. Os debates que envolveram a proposta do “solo criado”³ contrastam com o pouco acúmulo nas análises e busca de soluções para os graves conflitos entre a propriedade privada e a ocupação ou parcelamento ilegal do solo urbano, em resumo,

³ Cujo conceito pressupõe que o direito de propriedade engloba o direito de construir, limitado pelo coeficiente único ou básico de aproveitamento. Ou seja, o direito do proprietário de edificar está restrito ao coeficiente único ou básico definido no Plano Diretor (BARROS *et alii.*, 2010:107)

a segregação territorial e a exclusão que se dão através das relações jurídicas (MARICATO, 1995).

Fazendo um resgate do planejamento urbano até 1930, suas ações visavam atender aos anseios das elites, promovendo o embelezamento das cidades, preocupando-se basicamente com questões estéticas e sanitaristas. A partir de 1930, com o início da cidade industrial, as ideias de embelezar o urbano começam a ser trocadas. Mesmo depois das décadas de 1930/1940, era possível ainda ver propostas de ação voltadas para o embelezamento, mas havia também o cuidado com a infraestrutura urbana, em especial atenção para o trânsito e o saneamento (MONTE-MÓR, 2007b).

O autor ainda lista que a questão habitacional também ganha maior visibilidade devido ao aumento do quantitativo de habitantes. As ideias incorporadas pelos arquitetos e engenheiros brasileiros são voltadas para a cidade industrial e os projetos desenvolvidos no país incorporaram as ideias típicas dos países industrializados mais avançados⁴: racionalidade espacial, hierarquização de espaços habitacionais, cinturões verdes de proteção ambiental, zoneamento, dentre outros.

O planejamento realizado no Brasil, como apontado por Oliveira (2014), teve como principal ator o Estado que, ao invés de criar condições para amenizar as desigualdades sociais do espaço urbano, acabou não só por reforçá-las, como também por intensificá-las ao longo dos anos, o que acabou evidenciando o estilo conservante do planejamento urbano brasileiro.

Assim, o planejamento urbano brasileiro possui duas peculiaridades: é autoritário, por partir do monopólio do Estado sem uma participação forte da população, e é conservador, por manter a “ordem” vigente (Oliveira, 2014). A autora chama atenção ao fato de que a população tem muito a contribuir para a elaboração de planos de ação para a melhoria das cidades, sobretudo por conhecer a realidade das cidades e que diante da sua intervenção, os investimentos públicos poderiam ser mais bem direcionados para a real solução de alguns problemas.

O planejamento urbano (bem como seus instrumentos) apresenta um legado inoperante, se mostrando incapaz de apresentar soluções que pleiteiem as causas econômicas, sociais e urbanas, sobretudo por apresentar um caráter técnico que

⁴ Vê-se a preferência do Brasil em optar por propostas elaboradas em países desenvolvidos. “Assim, as diversas tendências e correntes surgidas no centro do sistema capitalista vão sendo incorporadas ‘tardamente’ pela periferia.” (MONTE-MÓR, 2007, p. 72).

atende a interesses meramente políticos. Infere-se com isso que áreas que apresentam crescimento desordenado/anárquico e que são ocupadas por população de baixa renda, apresentam péssima qualidade urbana e habitacional muito mais por falta de investimentos do que por falta de subordinação a um plano (VILLAÇA, 2000).

Assim, a experiência nas cidades planejadas do Brasil – respeitando o seu contexto e complexidade – refletem o caráter inoperante e segregador que o planejamento urbano tem criado. Exemplos nítidos são os produzidos nas cidades de Aracaju (SE), Teresina (PI), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Brasília (DF) e Palmas (TO), dentre outras cidades planejadas no Brasil.

2.3 O planejamento urbano de Palmas e seu processo de ocupação

Palmas é a capital mais nova do Brasil, estabelecida dentro dos padrões modernistas do planejamento urbano para sediar o centro político-administrativa do então recém-criado Estado do Tocantins. É uma cidade instituída no contexto do movimento social pró-Reforma Urbana, que ganhou importância nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Foi implantada em 1989, em um período de alta inflação no contexto nacional e que os investimentos na terra surgiam como alternativas seguras contra as constantes desvalorizações da moeda, característica do cenário (VELOSO, 2014).

Foi erguida em uma faixa de terra localizada entre a margem direita do Rio Tocantins e a Serra do Lajeado, nas adjacências do antigo povoado de Canela, em Taquaruçu do Porto. A região central era pouco desenvolvida, mas acreditava-se que com a presença da capital, seria possível o povoamento das cidades que ficavam ao seu redor (TEIXEIRA, 2009). Assim, justificou-se a localização da cidade, pelo isolamento que havia na região e pela conseqüente necessidade de povoar e desenvolver a região (OLIVEIRA, 2014).

Figura 1 – Palmas: entre o Rio Tocantins e a Serra de Lajeado



Fonte: Coriolano (2011)

Foi criada por caprichos políticos, sustentada por um plano utópico e desenhada pela ausência de cidadania na realidade. O processo de urbanização da cidade conseguiu absorver todos os problemas de planejamento das cidades brasileiras – crescimento desordenado e sem controle algum por parte do Estado – definindo mais ainda o processo segregacionista inerente ao sistema capitalista, ou seja, uma cidade nova e moderna com os mesmos problemas de cidades brasileiras antigas e que tiveram um processo de urbanização diretamente ligado ao processo de industrialização do país (VELOSO, 2014).

Quanto a isso, Coriolano (2010) ilustra a dualidade que a cidade apresenta: de um lado uma cidade repleta de padrões e formalidades modernistas, rica em vazios urbanos aguardando valorização, que é a cidade planejada; e do outro lado a cidade repleta de irregularidades, disparidades sociais e deterioração ambiental, o lugar dos excluídos, que é a cidade informal.

Veloso (2014) ilustra ainda o Estado como detentor de grande parte das glebas urbanizadas na região central, estando a outra parte nas mãos das empreiteiras que receberam os imóveis como dação em pagamento para realização de obras na cidade, no que tange a dinâmica da propriedade de terra. Desta feita, o planejamento de Palmas se pauta numa receptividade ao capital monopolista das incorporadoras imobiliárias, atribuindo à cidade mais objetivos econômicos e políticos do que sociais, sendo estes praticamente inexistentes (VELOSO, 2014).

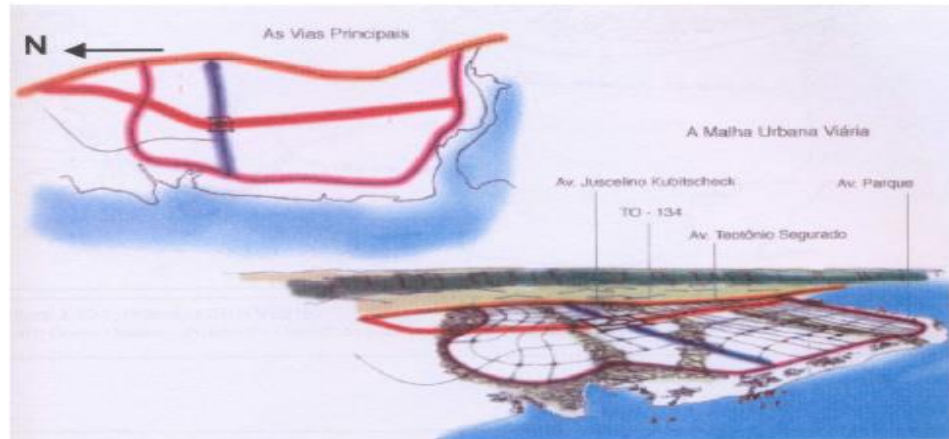
A ocupação do espaço urbano de Palmas obteve contraditoriamente os mesmos problemas antigos de planejamento das cidades brasileiras, acentuando o processo de segregação social próprio do sistema capitalista (BRITO, 2010).

O projeto da capital foi encarregado ao escritório “Grupo Quatro Arquitetura, Planejamento e Consultoria” de Goiânia-GO, coordenada pelos arquitetos Luís Fernando Cruvinel e Walfredo Antunes de Oliveira Filho. Velasques (2009) ressalta que o planejamento inicial previa abrigar 300.000 habitantes, podendo atingir 1,2 milhões de habitantes.

O projeto previa a existência de quadras organizadas segundo os usos, bondosas áreas de preservação ambiental junto aos córregos que surgem da serra em direção ao rio, acrescentando-se ainda a imposição de algumas diretrizes de planejamento da ocupação do espaço urbano porvindouro, orientadas para o controle da ampliação e otimização dos custos relativos à implantação da infraestrutura (VELASQUES, 2009).

A construção da cidade foi estruturada pela malha viária, visando garantir acessibilidade a todo o perímetro. A malha viária contava com dois eixos principais: a Avenida Teotônio Segurado e Avenida Juscelino Kubitschek, que se encaminham para a Praça dos Girassóis, que marca o centro administrativo estadual - na qual situam a sede do governo, Palácio Araguaia e as secretarias de estado (CARVALHEDO e LIRA, 2009).

Figura 2 – Malha urbana viária principal de Palmas – TO



Fonte: Coriolano (2011)

Embora se evidencie a intenção de promover uma ocupação ordenada e sequencial, observou-se em Palmas um processo inverso, com desordem na ocupação do território, concentrando nas regiões centrais muitos vazios urbanos e nas regiões periféricas, uma sobrecarregada concentração da população de menor poder aquisitivo (CORIOLANO, 2010).

A autora complementa ainda que, durante a fundação do município, o Estado, como principal responsável, se tornou o maior dono das terras. Sob a orientação da expansão capitalista, comercializavam-se as terras junto ao mercado imobiliário e negociava-se para a remuneração das empreiteiras responsáveis pelas obras de edificação da cidade. Com o avanço da urbanização, o Governo do Estado desapropriava terra rural e comercializava terra urbana já majorada, podendo com isso formar capital para investimento (CORIOLANO, 2010).

A ideia de que a ocupação da cidade partisse do centro foi abandonada pelo governo. Assim, diferente dos padrões de outras cidades, cujo processo de exclusão socioespacial e periferização deriva de uma expansão caótica e não planejada do tecido urbano e por influências do mercado imobiliário, em Palmas, similarmente ao que ocorreu em Brasília, a ampliação periférica e a segregação socioespacial foram estabelecidas pelo próprio poder público, num processo convalidado por legislações

urbanísticas, políticas de ocupação e, indiretamente, pelos investimentos em infraestrutura e serviços urbanos (KRAN E FERREIRA, 2007).

Com o aumento do número de migrantes, o Estado utilizou como tática para manter a população de baixa renda fora do plano urbanístico o uso de barreiras policiais nas entradas da cidade, e dessa forma, coligiu a ocupação da região sul com habitações destinadas à população de baixa renda, à revelia do plano urbanístico. A fundação da cidade ocorreu, por resultado, de maneira esparsa, gerando vazios urbanos e a prática da especulação imobiliária (CORIOLANO, 2010).

Quanto a isto, Brito (2009) complementa que a extensão urbana da área da cidade dividida pela população representava uma contradição: quadras razoavelmente ocupadas, distantes uma da outra, inviabilizando transporte coletivo e falta de infraestrutura, sobretudo para a população de baixa renda que já formava a periferia da cidade, população que mais precisava do transporte público. Nesta lógica, a estrutura comercial tornou-se também dispersa e sem uma área estruturada para responder como centro urbano (BRITO, 2009).

Aponta-se, portanto, que Palmas – cidade planejada – acaba por refletir os mesmos padrões de segregação das demais cidades brasileiras não planejadas, com o agravante de que a própria estrutura de planejamento da ocupação do espaço é utilizada para reforçar estes padrões excludentes, características estas reforçadas e intensificadas pela intervenção pública, via legislações de uso e ocupação do solo urbano, e pela forte exploração imobiliária e interesses do capital.

O processo de ocupação e implantação de Palmas demonstrou ineficiência quanto aos objetivos urbanísticos da função social da propriedade e do direito à cidade, dado que o município seguiu a tradição de planejamento e gestão tecnocrática, com regras urbanísticas elitizadas, que não levam em conta as realidades socioeconômicas de acesso à terra urbana e à moradia nas cidades. Desta forma, o planejamento demonstrou ser eficaz apenas em relação à renovação dos ganhos do capital imobiliário e à deliberação do lugar dos pobres na cidade (RODOVALHO, 2012).

Assim, torna-se evidente que alguns problemas urbanos tendem a continuar nas diversas cidades, independente da complexidade própria do tempo histórico, dos novos atores envolvidos no processo de apropriação do espaço ou mesmo da dinâmica que se estabelece entre os agentes sociais de cada cidade. A segregação socioespacial aponta para uma característica inerente às cidades capitalistas,

independente da sua condição – planejada ou não – que é a expressão materializada da relação social existente no espaço. Logo, a produção do espaço urbano é reflexo dos embates da luta de classes, que se traduz pela oposição existente entre os trabalhadores e aqueles que auferem renda a partir da produção, do consumo e do controle do espaço urbano (OLIVEIRA, 2014).

2.4 Conceitos sobre indicadores socioeconômicos

A mensuração do crescimento e do desenvolvimento econômico se dá por várias formas, mas que em geral pode ser medido por meio de segregação de dados analíticos na forma de indicadores.

Para Siedenberg (2011), um indicador é apenas uma unidade de medida substitutiva, parcial e estatística, que tão-somente estabelece como indicador quando inserido em um contexto teórico-metodológico que imprime algum significado. Segundo o autor, o indicador quando mensurável, tende a representar quantitativamente um aspecto de desenvolvimento derivado de alguma medida para essa finalidade, que pode direta ou indiretamente representar um reflexo na sociedade.

Van Bellen (2002) relaciona que o objetivo principal dos indicadores é agregar e quantificar informações sobre fenômenos complexos melhorando com isso o processo de comunicação. O autor cita que os indicadores são um retrato da realidade, mas não devem ser ponderados como a própria realidade, devendo serem analisados sob uma coerência metodológica de mensuração.

Siedenberg (2011) aduz na acepção de que os indicadores por mais que se aproxime dos fatos complexos, é necessário assentar um maior número de indicadores para mitigar riscos de avaliações errôneas sobre determinada realidade.

Segundo relata Celis Torres (2013) os indicadores podem ser classificados em econômicos, ambientais e sociais. O escopo deste trabalho abordará tão somente os de natureza econômica e social.

Os indicadores econômicos representam essencialmente informações sobre o comportamento das diversas variáveis e fenômenos do sistema econômico de uma região, tendendo oferecer uma melhor compreensão da situação atual e referenciar as estratégias dos agentes públicos e privados (LOURENÇO; ROMERO, 2002).

Para o autor, os indicadores econômicos podem ser classificados quanto ao conjunto das variáveis macroeconômicas, sendo: i) nível de atividade (ex: Produto Interno Bruto - PIB, Produção Industrial, Desemprego); ii) preços (Inflação); iii) setor externo (ex. Balança Comercial, Dívida Externa); iv) agregados monetários (ex. Juros, Poupança); e iv) setor público (ex. Dívida Líquida, Necessidade de Financiamento).

Quanto aos indicadores sociais, Jannuzzi (2009) os conceitua como sendo um parâmetro quantitativo, em geral, dotado de significado social substantivo que é usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, que pode ser de interesse teórico ou programático.

A classificação que os indicadores sociais comumente adota é feita com base na área temática da realidade social que se referenciam, como os indicadores da saúde (ex. taxa de nascimento), educação (ex. escolaridade), mercado de trabalho (ex. rendimento médio), demográficos (ex. taxa de mortalidade), habitacionais (ex. densidade por domicílio), segurança, infraestrutura, renda e desigualdade (JANNUZZI, 2009).

Nesta ótica, os indicadores sociais e econômicos quando agregados são classificados como indicadores socioeconômicos. Destes, é possível citar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como alternativa para a então utilizada metodologia que tinha como referência o PIB e o crescimento econômico.

Nas escritas de Siedenberg (2011):

O Índice de Desenvolvimento Humano apresentado em 1990 pela ONU no chamado Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, foi uma tentativa ambiciosa de comparar o desenvolvimento global e a diferenciação regional de 130 países com mais de 1 milhão de habitantes. O IDH foi composto por indicadores de três elementos essenciais à vida: esperança de vida ao nascer, alfabetização e poder de compra per capita. (SIEDENBERG, 2011, p. 66)

A partir deste indicador outros foram sendo elaborados, como o caso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), desenvolvido por instituições brasileira (PNUD/IPEA/FJP/IBGE, 1998), que se propõe a retratar as condições econômicas e sociais dos municípios do Brasil (JÚNIOR, 2012).

No Brasil a coleta, tratamento e disseminação dos indicadores sociais e econômicos é feito em grande medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde 1999 o IBGE divulga a *Síntese de Indicadores Sociais* –

S/S, que reúne dados sobre educação, trabalho e renda, habitação, entre outros fatores e comportamentos sociais (IBGE, 2019).

Ademais são realizadas pesquisas estruturais periódicas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa Anual de Serviços (PAS), entre outras.

2.4.1 Indicadores socioeconômicos de Palmas (TO)

Considerando a amplitude dos indicadores, e dado a necessidade de limitar o escopo deste trabalho, os indicadores sociais e econômicos abordados serão os a seguir.

2.4.1.1 Indicadores sociais

- a. População: mede o número de residentes apurados pelos censos e por estimativas e projeções a partir dele;
- b. Taxa de crescimento populacional: variação do crescimento populacional em determinado período;
- c. Nível de emprego: indica a evolução do emprego formal, tendo por base o encadeamento das variações relativas mensais desde dezembro do ano imediatamente anterior (ME, 2019);
- d. Taxa de desemprego: percentual da população com idade para trabalhar que não estejam trabalhando, mas disponíveis e em busca de trabalho (IBGE, 2019);
- e. Rendimentos do trabalho: percentual que representa a participação das rendas do trabalho principal e outros na renda total do município (IBGE, 2019);
- f. Funcionalismo público: número de servidores públicos.

2.4.1.2 Indicadores econômicos

- a. Produto Interno Bruto: soma de todos os bens e serviços finais produzidos por uma localidade em um espaço de tempo, geralmente em um ano (IBGE, 2019);

- b. Produto Interno Bruto per capita: mede quanto do PIB cada indivíduo de uma localidade se todos recebessem partes iguais (IBGE, 2019);
- c. PIB pela ótica da produção: mostra o resultado do processo de produção por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios e seus valores adicionados brutos menos o consumo intermediário (IBGE, 2019);
- d. PIB pela ótica da renda: soma da remuneração dos fatores de produção, rendimento misto bruto, excedente operacional bruto, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação (IBGE, 2019);
- e. Receitas Públicas: todas e quaisquer entradas de recursos do Estado, independentemente de sua origem ou fim (STN, 2019);
- f. Despesas Públicas: pela ótica financeira, é a aplicação de recursos em forma de gastos com o objetivo de atingir as finalidades do estado, e pela ótica econômica é o gasto ou não de dinheiro para efetuar serviços tendentes àquelas finalidades (STN, 2019);
- g. Desempenho empresarial: número de empresas, porte, nível e atividade exercida.

2.4.1.2 Indicadores socioeconômicos

- a. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM: é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda (ONU, 2019);
- b. Infraestrutura urbana – saneamento: prestação de serviços de saneamento, como água e esgoto e resíduos sólidos urbanos.

3 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE PALMAS (TO)

3.1 Os indicadores sociais de Palmas

3.1.1 População e crescimento populacional

A população de Palmas no ano de 2001 era estimada em 150.884 habitantes, um acréscimo de 9,8% em relação à população que foi apurada no sendo do ano de 2000, sendo que no exercício de 2016, já com base no censo de 2010, a população foi estimada em 279.856 habitantes, o que representa uma evolução de 85% em relação ao ano de 2001.

O crescimento populacional de Palmas no período 2001-2016 foi 4 vezes maior que o observado no Brasil, que teve uma variação de 20%, enquanto em relação a população total do estado do Tocantins, representou 3 vezes mais. A Tabela 1 apresenta os quantitativos populacionais para o período de 2001 a 2016, do município de Palmas, do Estado do Tocantins e do Brasil.

Tabela 1 – População de Palmas, Tocantins e Brasil (2001 a 2016)

ANO	PALMAS	% VAR*	TOCANTINS	% VAR*	BRASIL	% VAR*
2001	150.884	9,85	1.184.895	2,35	172.385.826	1,48
2002	161.137	6,80	1.207.014	1,87	174.632.960	1,30
2003	172.176	6,85	1.230.181	1,92	176.871.437	1,28
2004	187.639	8,98	1.262.644	2,64	181.569.056	2,66
2005	208.165	10,94	1.305.728	3,41	184.184.264	1,44
2006	220.889	6,11	1.332.441	2,05	186.770.562	1,40
2007	178.386	-19,24	1.243.627	-6,67	183.987.291	-1,49
2008	184.014	3,15	1.280.513	2,97	189.605.006	3,05
2009	188.645	2,52	1.292.051	0,90	191.480.630	0,99
2010	228.332	21,04	1.383.445	7,07	190.755.799	-0,38
2011	235.316	3,06	1.400.892	1,26	192.379.287	0,85
2012	242.070	2,87	1.417.694	1,20	193.904.015	0,79
2013	257.904	6,54	1.478.164	4,27	201.032.714	3,68
2014	265.409	2,91	1.496.880	1,27	202.768.562	0,86
2015	272.726	2,76	1.515.126	1,22	204.450.049	0,83
2016	279.856	2,61	1.532.902	1,17	206.081.432	0,80

* Base Censo Demográfico de 2000

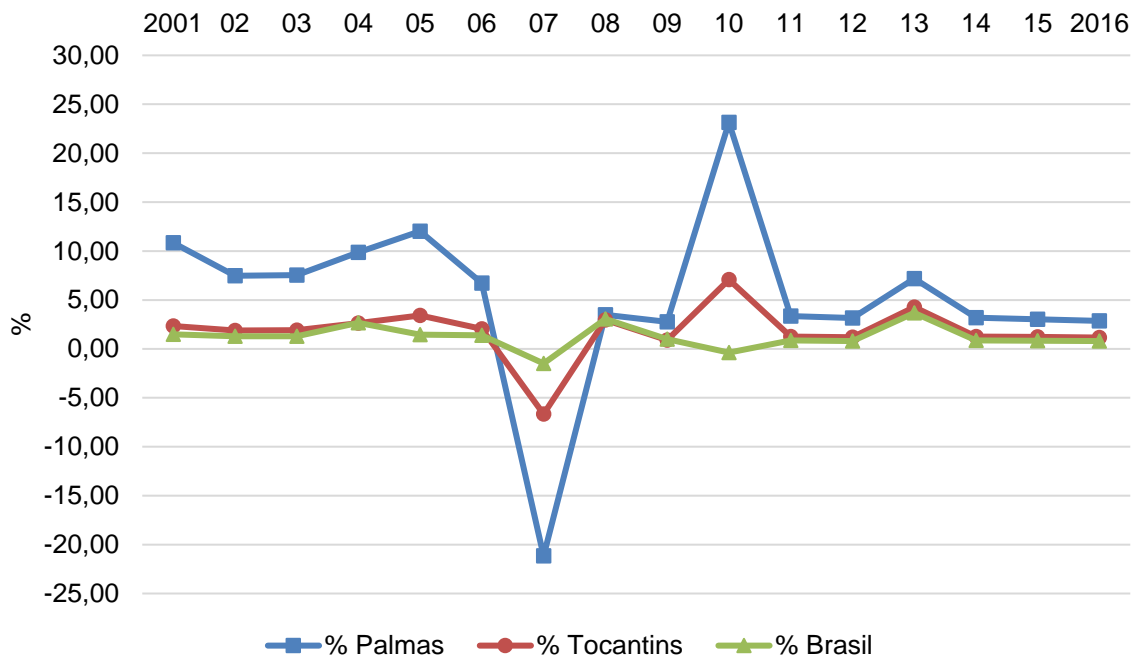
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Partindo dos dados, observa-se que Palmas apresentou queda no crescimento populacional no ano de 2007, seguindo a tendência do Estado do Tocantins e do Brasil. Tal movimento pode ser explicado pelo fato de que no exercício de 2007 houve uma contagem populacional, e não uma estimativa a partir do último censo. Segundo o IBGE (2020) a contagem populacional é um procedimento mais simples do que o censo, e tem o objetivo de atualizar as estimativas de população no período intercensitário, com a incorporação das mudanças demográficas ocorridas.

Em se tratando do censo, da mesma forma como ocorreu no ano de 2007, que apresentou uma redução elevada em relação ao ano anterior, no ano de 2010 Palmas também teve um crescimento considerável em relação a população do ano de 2009, derivado sobretudo das amostras do censo daquele exercício.

Também é possível observar que a partir de 2010 a população de Palmas passa a ter crescimentos médio de 3,5% ao ano, bem mais modesto que a média de 8,2% dos anos de 2001 até 2006. Em representação gráfica, a evolução populacional pode ser demonstrada conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação populacional de Palmas, Tocantins e Brasil (2001 a 2016)



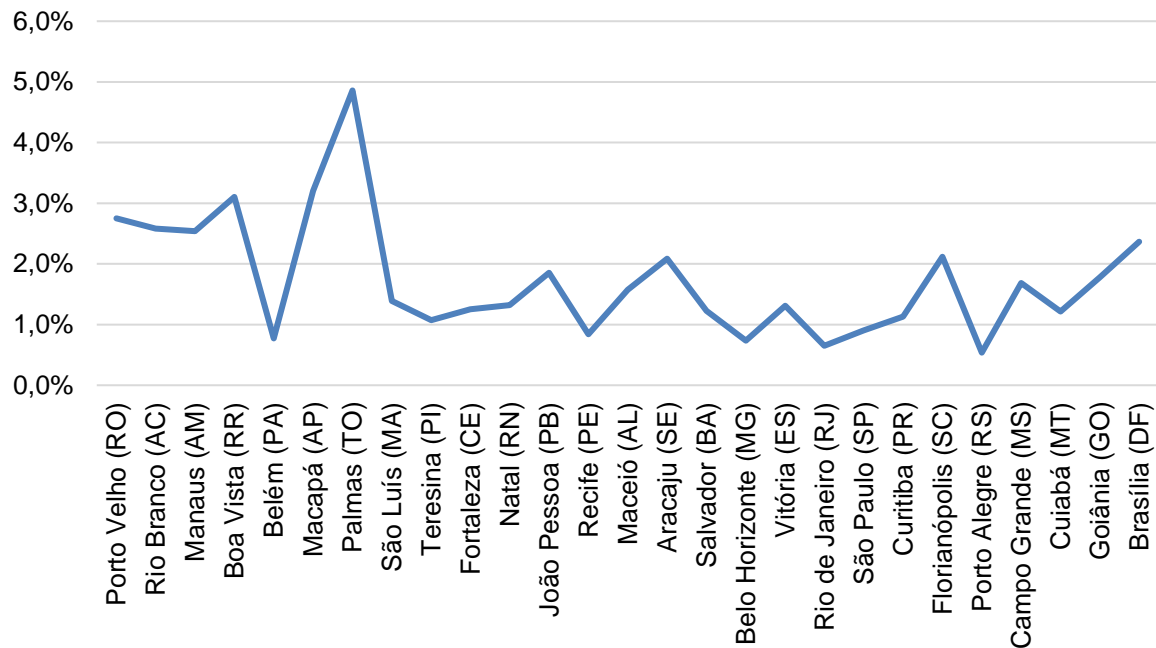
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

O gráfico indica que nos 6 (seis) anos posteriores ao censo de 2000, a população de Palmas apresentava uma dinâmica de crescimento superior ao do Estado do Tocantins e do Brasil, muito possivelmente derivada do *boom* da fase inicial

de instalação da cidade, que após o censo de 2010 passou a ter desempenho mais próximo do observado nas duas outras esferas federativas.

Comparando com as capitais, a variação anual média da população do período de 2001 a 2016 de Palmas foi maior que todas as demais, conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Crescimento médio anual da população das capitais brasileiras (2001 a 2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

3.1.2 Emprego e renda

Considerando o período avaliado nesse trabalho (2001 a 2016), os dados disponíveis no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)⁵, indicam que Palmas-TO obteve saldo positivo em relação às admissões e demissões, sendo que nos anos de 2015 e 2016 houve saldo negativo, que pode ter sido provocado pela acentuação da crise⁶ brasileira a partir de 2015.

A tabela 2 apresenta a geração de empregos formais para Palmas e do Estado do Tocantins.

⁵ Dados do Ministério do Trabalho, atualmente Ministério da Economia (2020).

⁶ Sobre a crise 2014/2017, ver BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. *Estud. av.*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, Abr. 2017.

Tabela 2 – Empregos formais em Palmas e Tocantins (2003 a 2016)

ANO	PALMAS			TOCANTINS		
	ADMISSÕES	DEMISSÕES	SALDO	ADMISSÕES	DEMISSÕES	SALDO
2003	11.625	11.907	-282	32.726	29.700	3.026
2004	12.590	11.614	976	41.636	35.833	5.803
2005	13.948	12.781	1.167	42.363	41.369	994
2006	14.372	13.927	445	44.209	42.069	2.140
2007	15.261	13.486	1.775	52.139	45.034	7.105
2008	17.660	15.685	1.975	59.515	58.805	710
2009	19.377	17.547	1.830	57.791	54.746	3.045
2010	24.696	21.428	3.268	69.470	63.579	5.891
2011	26.330	24.137	2.193	70.876	68.067	2.809
2012	25.109	24.793	316	66.625	66.164	461
2013	26.124	25.993	131	67.413	68.232	-819
2014	34.188	32.370	1.818	80.800	78.713	2.087
2015	30.972	33.089	-2.117	73.880	78.351	-4.471
2016	23.708	26.290	-2.582	60.956	65.585	-4.629

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do CAGED

Os dados sugerem que Palmas respondeu em média por 35% das admissões e demissões do Estado do Tocantins no período demonstrado, percentual que sinaliza a importância da capital para a geração dos empregos formais do estado.

De acordo com o IBGE (2020), a população de Palmas ocupada em 2016 era de 136.013, representando 49% da população estimada para aquele ano. Entre 2006 e 2016 a média de população ocupada ficou em torno de 51% da população, conforme se observa da tabela seguinte.

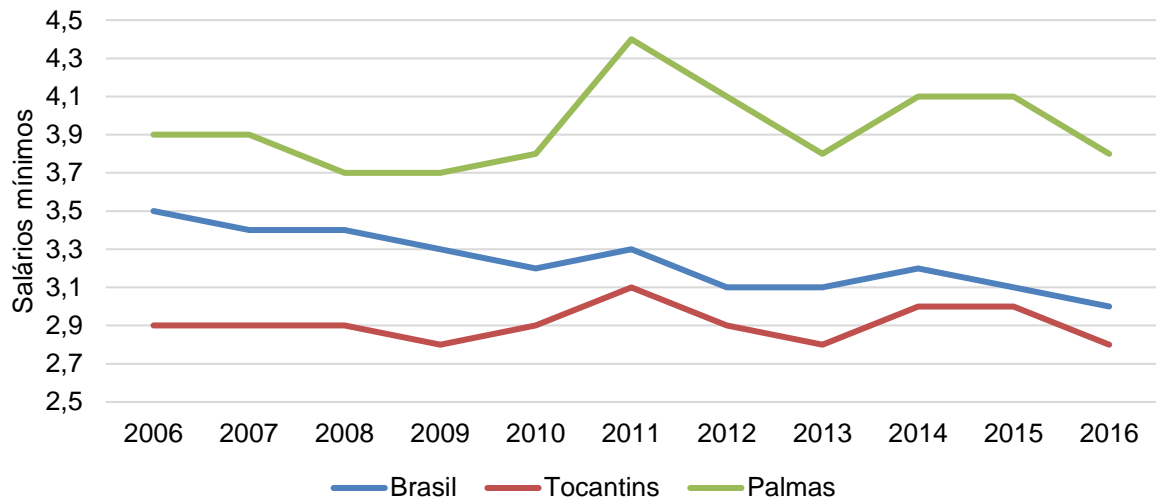
Tabela 3 – Taxa de ocupação da população de Palmas (TO) de 2006 a 2016

ANO	PESSOAL OCUPADO	% POPULAÇÃO
2006	93.160	42,18
2007	100.782	56,50
2008	108.901	59,18
2009	115.446	61,20
2010	119.273	52,24
2011	120.556	51,23
2012	120.860	49,93
2013	123.879	48,03
2014	137.051	51,64
2015	137.448	50,40
2016	136.013	48,60

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Do quantitativo de pessoal ocupado assalariado, a média de salarial ficou em torno de 3,9 salários-mínimos ao mês, valor que é superior à média nacional de 3,2 salários-mínimos. O gráfico 3 apresenta os dados obtidos para o salário médio mensal de Palmas, calculado em salários-mínimos e comparados com o estado do Tocantins e Brasil.

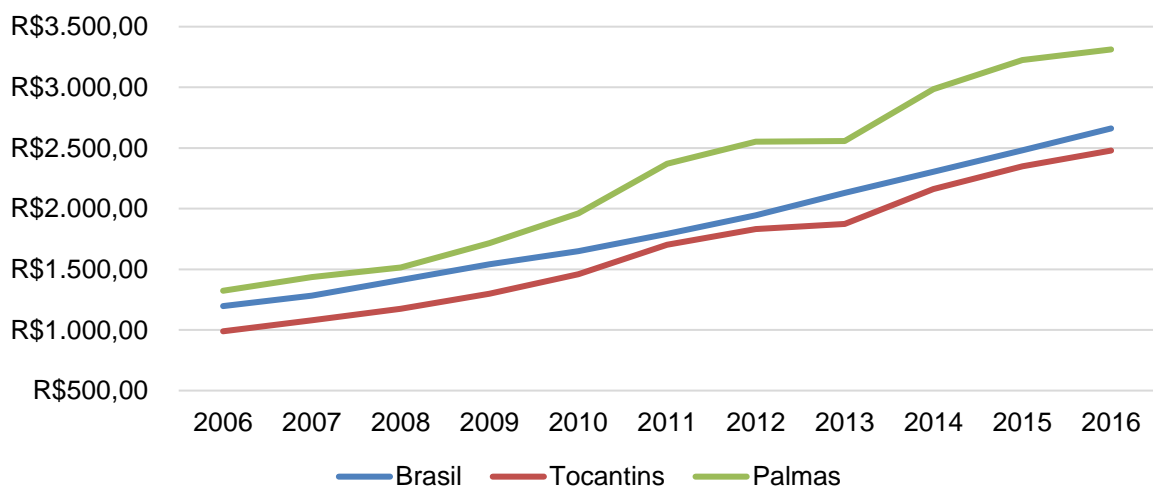
Gráfico 3 – Média salarial mensal em salário-mínimo: Palmas, Tocantins e Brasil (2006 a 2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Já o gráfico 4 apresenta os valores médios em reais dos salários pagos em Palmas, Tocantins e Brasil. O gráfico indica que Palmas possui um salário médio superior à média nacional e do estado do Tocantins.

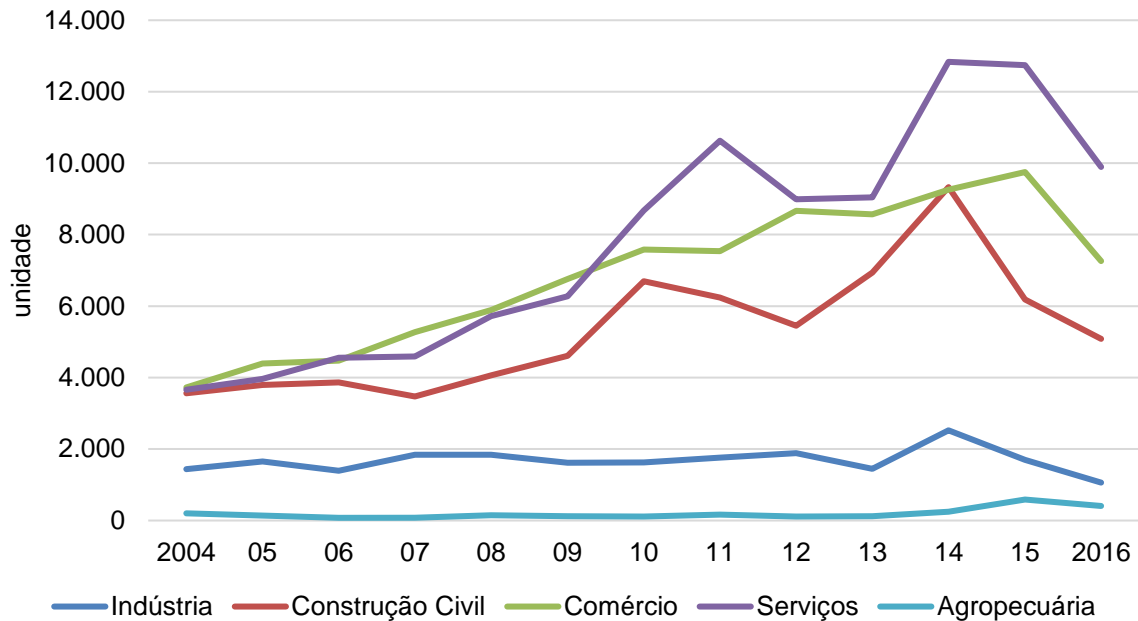
Gráfico 4 – Salário médio mensal em reais em Palmas, Tocantins e Brasil (2006 a 2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Partindo da divisão de grandes setores realizado pelo IBGE, segundo os dados do CAGED, os setores que mais empregaram dentro do período estudado foram os setores de serviços, acompanhado do comércio e da construção civil, conforme gráfico 5.

Gráfico 5 – Admissões por setor econômico em Palmas-TO (2004 a 2016)



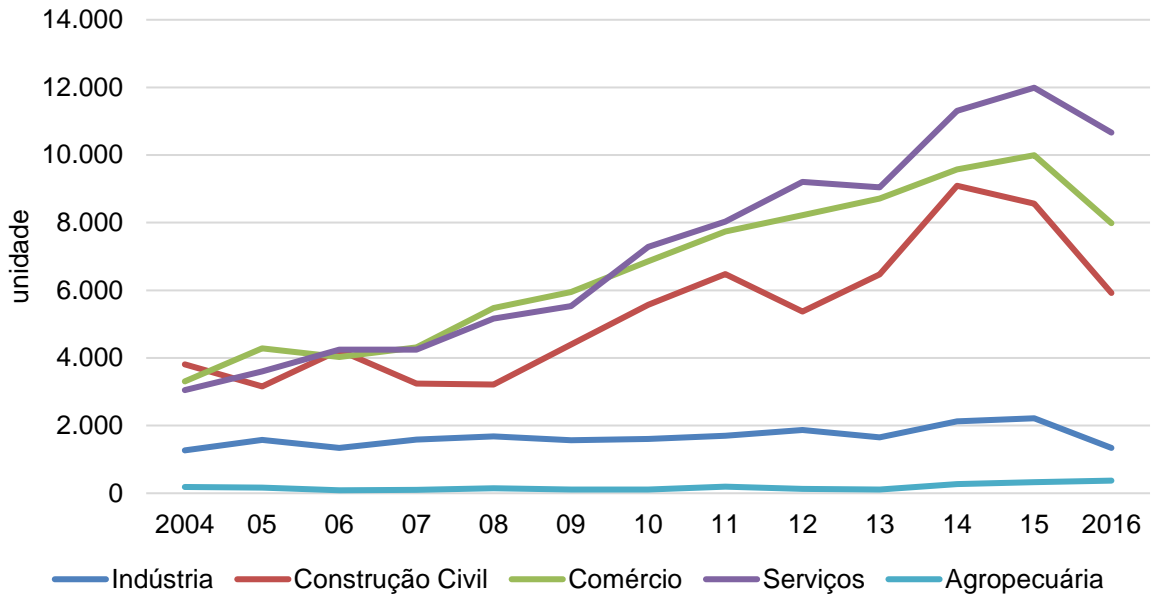
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do CAGED

Os dados sugerem que a construção civil teve o melhor desempenho nas admissões no período anterior ao pico da crise em 2015 e que o comércio tem um crescimento mais linear em detrimento ao setor de serviços, mas que esse obteve maior demanda por profissionais a partir de 2009. Agropecuária e indústria são poucos expressivos devido a dinâmica econômica de Palmas, em que esses setores são menos expressivos.

De semelhante avaliação às admissões, o setor de serviços também respondeu pelo maior número de desligamentos em relação aos demais setores, algo bastante natural devido a participação relativa naquelas.

Já a construção civil respondeu pelo maior número de desligamentos em relação às admissões nos anos de 2015 e 2016, conforme representação gráfica abaixo e considerando os dados anteriores.

Gráfico 6 - Demissões por setor econômico em Palmas-TO (2004 a 2016)

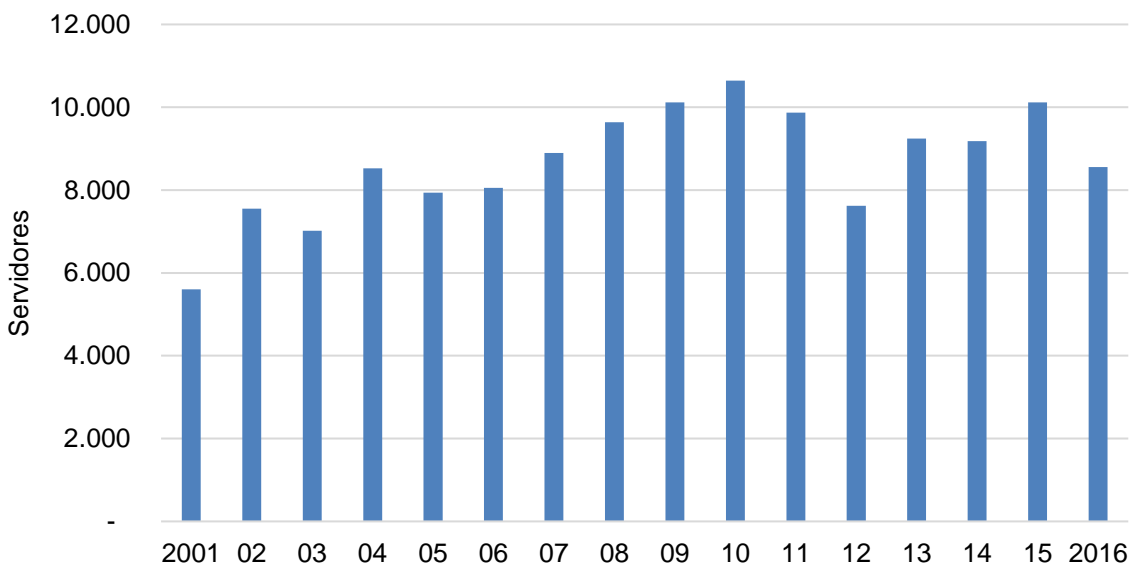


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do CAGED

Quanto aos servidores públicos, o gráfico 7 indica uma variação no quantitativo ao longo dos anos de 2001 a 2016, o que tende a representar os níveis de contratação e efetivação dos servidores públicos do município de Palmas.

A média no período analisado ficou em 8.661 servidores, descontados os estaduais e federais, tendo o ano de 2010 o maior número observado, com 10.640 servidores, seguido de 2015 com outros 10.120 servidores.

Gráfico 7 – Evolução dos servidores públicos municipais em Palmas-TO (2001 a 2016)



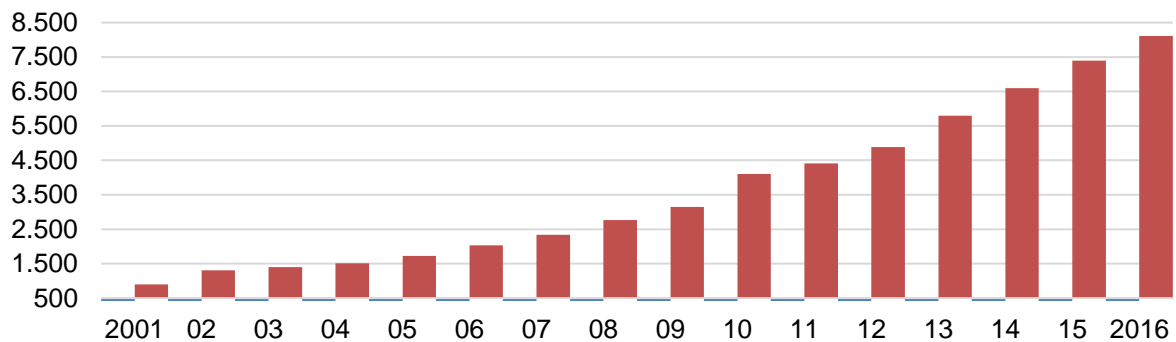
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da RAIS

3.2 Os indicadores econômicos de Palmas

3.2.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) de Palmas teve crescimento ascendente no período de 2001 a 2016, sendo mais notória a evolução acompanhada a partir do ano de 2010, conforme demonstrado no gráfico 8.

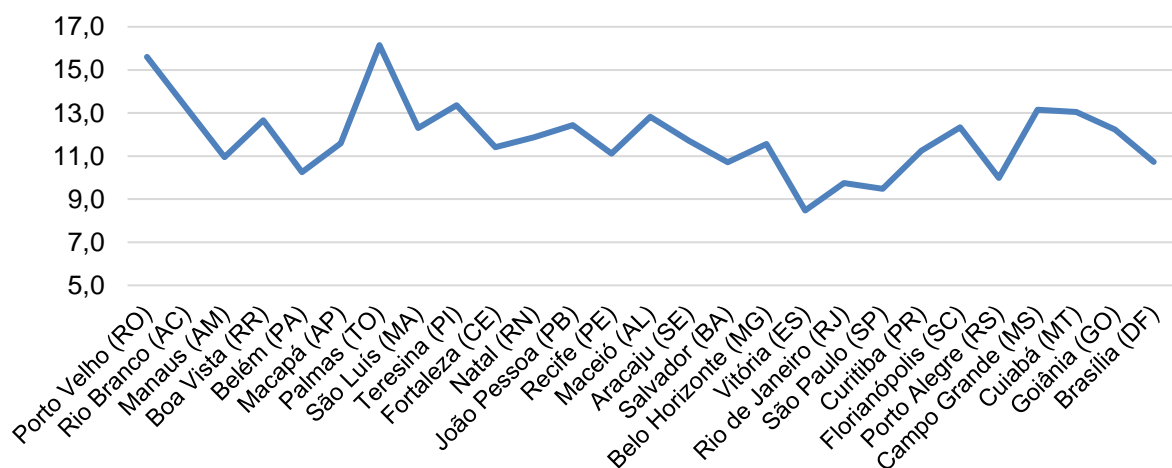
Gráfico 8 – Produto Interno Bruto de Palmas -TO em milhares de reais (2001 a 2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

No período observado, o PIB de Palmas teve crescimento médio de R\$ 465,5 milhões, sendo que no ano de 2010 obteve o maior pico de evolução nominal. A média de crescimento no período ficou entorno de 16%, maior que todas as capitais.

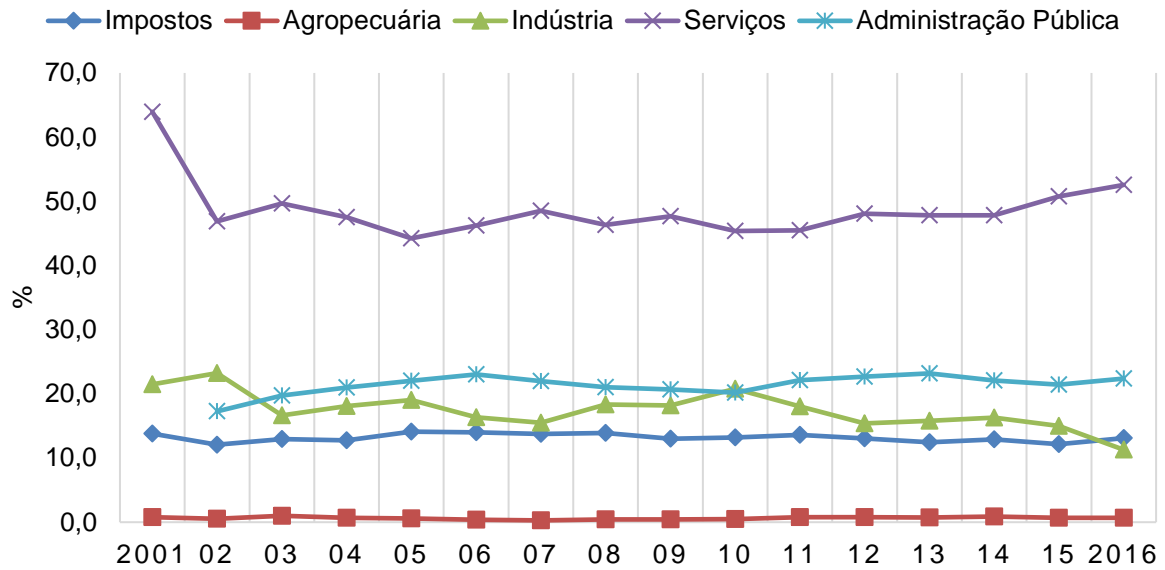
Gráfico 9 – Média anual de crescimento percentual do PIB das capitais brasileiras (2001 a 2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Pela ótica da renda, o gráfico 9 apresenta que o setor que tem a maior representação no PIB de Palmas é o de serviços, seguido da administração pública e da indústria.

Gráfico 10 – PIB de Palmas (TO) pela ótica da renda por setores econômicos (2001 a 2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE

Os dados sugerem que a principal fonte de renda de Palmas é derivada do setor econômico dos serviços, que em média responde por quase metade do PIB. Um destaque é relacionado é o peso da administração pública no PIB que corresponde a segunda maior parcela de fonte de produção, seguida da indústria que incorpora a construção civil.

Tratando da distribuição do PIB pela população, temos a tabela 4 a seguir.

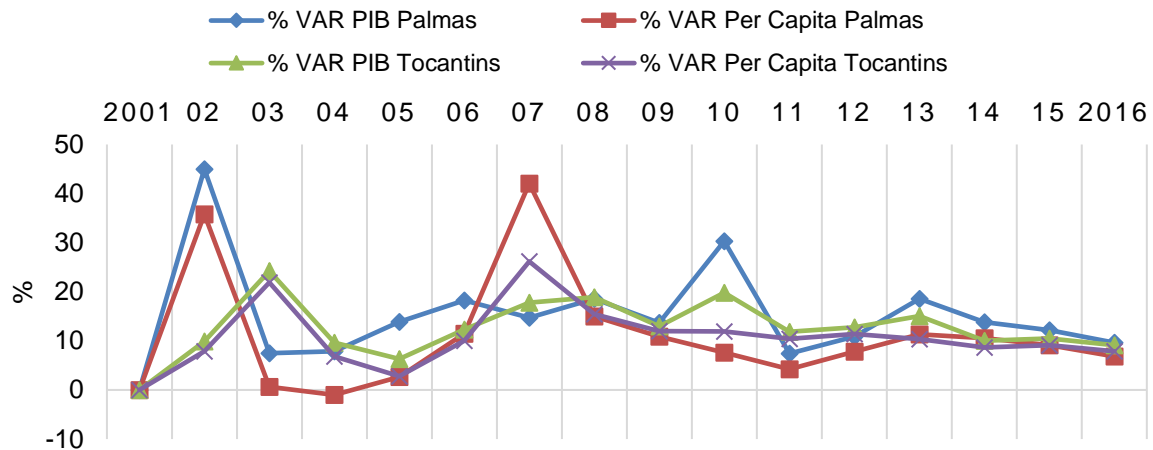
Tabela 4 – Distribuição per capita do PIB em R\$ mil: Palmas, Tocantins e Brasil (2001 a 2016)

ANO	PALMAS		TOCANTINS		BRASIL	
	PIB R\$ mil	PER CAPITA	PIB R\$ mil	PER CAPITA	PIB R\$ mil	PER CAPITA
2001	899.143	5.959	4.843.260	4.088	1.302.135.029	7.467
2002	1.303.585	8.090	5.322.563	4.410	1.488.787.276	8.525
2003	1.401.497	8.140	6.612.339	5.375	1.717.950.386	9.837
2004	1.511.958	8.058	7.251.580	5.743	1.957.751.224	11.211
2005	1.721.828	8.271	7.707.340	5.903	2.170.584.503	12.429
2006	2.036.252	9.218	8.655.613	6.496	2.409.449.916	13.797
2007	2.336.093	13.096	10.192.844	8.196	2.720.262.951	15.577
2008	2.770.087	15.054	12.116.393	9.462	3.109.803.097	17.808
2009	3.149.045	16.693	13.689.804	10.595	3.333.039.339	19.086
2010	4.102.952	17.969	16.404.816	11.858	3.885.847.000	22.252
2011	4.407.184	18.729	18.345.688	13.096	4.376.382.000	25.060
2012	4.886.729	20.187	20.684.430	14.590	4.814.760.000	27.571
2013	5.794.789	22.469	23.796.656	16.099	5.331.618.957	30.530
2014	6.593.224	24.842	26.189.323	17.496	5.778.952.780	33.092
2015	7.394.463	27.113	28.930.291	19.094	5.995.787.000	34.334
2016	8.108.595	28.974	31.575.831	20.599	6.267.205.000	35.888

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE

A partir dos dados é possível observar uma dinâmica de distribuição *per capita* de Palmas mais próxima da observada no âmbito nacional do que a do estado do Tocantins. Já as variações ocorridas no PIB corrente e a distribuição per capita pode ser conferida pela representação do gráfico 11, em um comparativo com as variações do estado do Tocantins.

Gráfico 11 – Variação (%) do PIB e PIB per capita de Palmas e Tocantins (2001 a 2016)

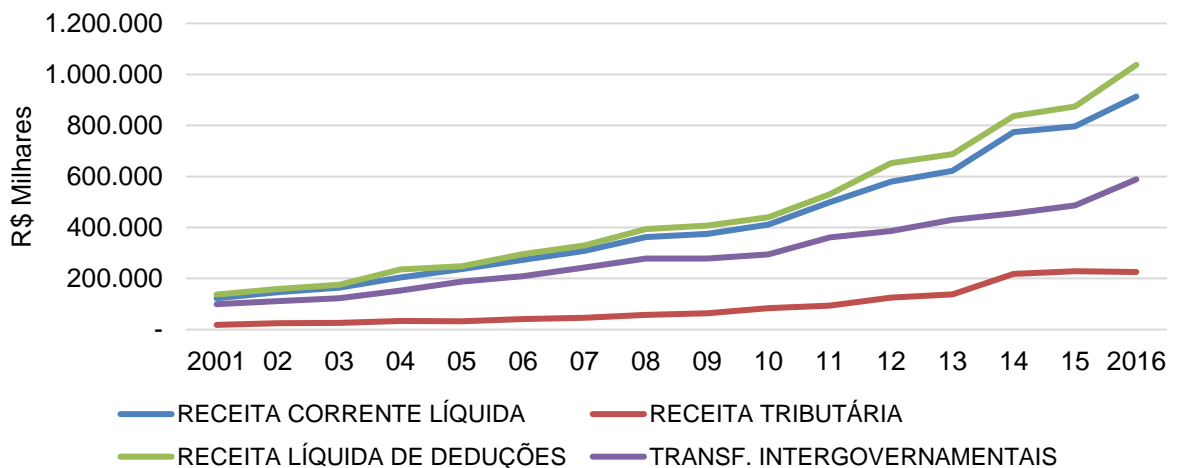


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE

O gráfico sugere que Palmas possui maiores variações do PIB que o estado do Tocantins e as variações de renda per capita ligeiramente menores. Em termos monetários a distribuição do PIB pela população é maior em Palmas do que do restante do estado, tendo Palmas respondido em média por 23% do PIB estadual.

3.2.2 Receitas arrecadadas

Gráfico 12 – Arrecadação de Palmas (TO) de 2001 a 2016



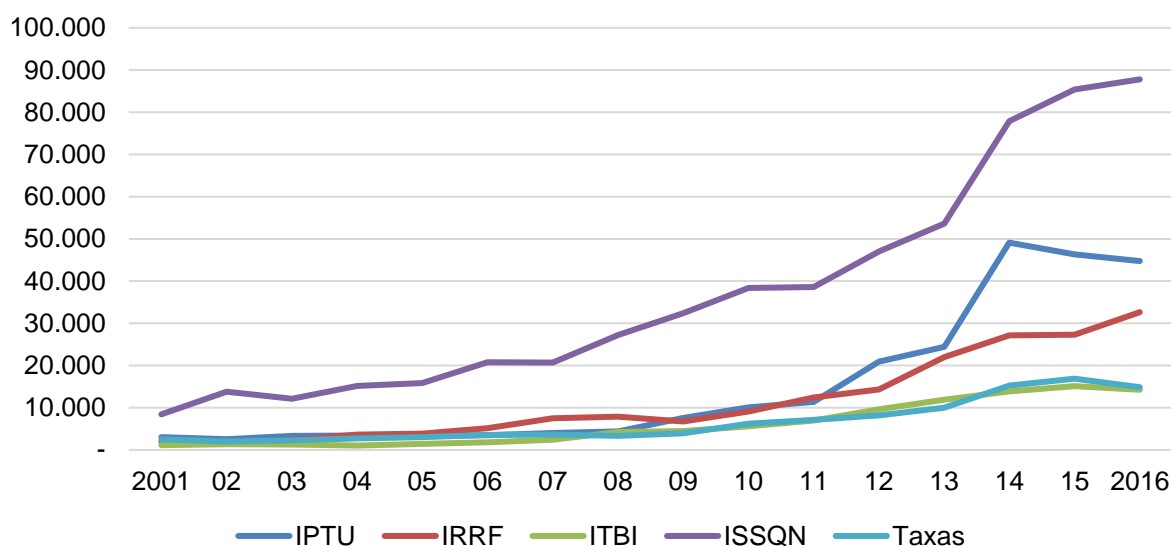
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Finbra

A arrecadação das receitas totais do município de Palmas, líquida de deduções, saíram de R\$ 137,4 milhões em 2001 para R\$ 1.037 bilhão em 2016, um expressivo crescimento que supera os 655%. O crescimento médio anual foi 15,4%.

O aumento é sobretudo das transferências multigovernamentais como as oriundas da União por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), das transferências para o Sistema Único de Saúde (SUS) e também da participação na arrecadação do estado do Tocantins, por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Já a arrecadação tributária⁷ cresceu nominalmente em R\$ 206,8 milhões no período, contribuindo para a redução da dependência das transferências multigovernamentais. Em 2001 a arrecadação das receitas tributárias representava 19% da arrecadação das transferências multigovernamentais, evoluindo para 44% em 2016. O pico de crescimento das receitas próprias do município de Palmas ocorreu entre 2013 e 2014, em decorrência de uma mudança legislativa ocorrida naquela ocasião com o novo Código Tributário⁸. A distribuição das receitas tributárias no período pode ser representada pelo gráfico 13.

Gráfico 13 – Arrecadação Tributária de Palmas -TO em milhares de reais (2001 a 2016)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do FINBRA

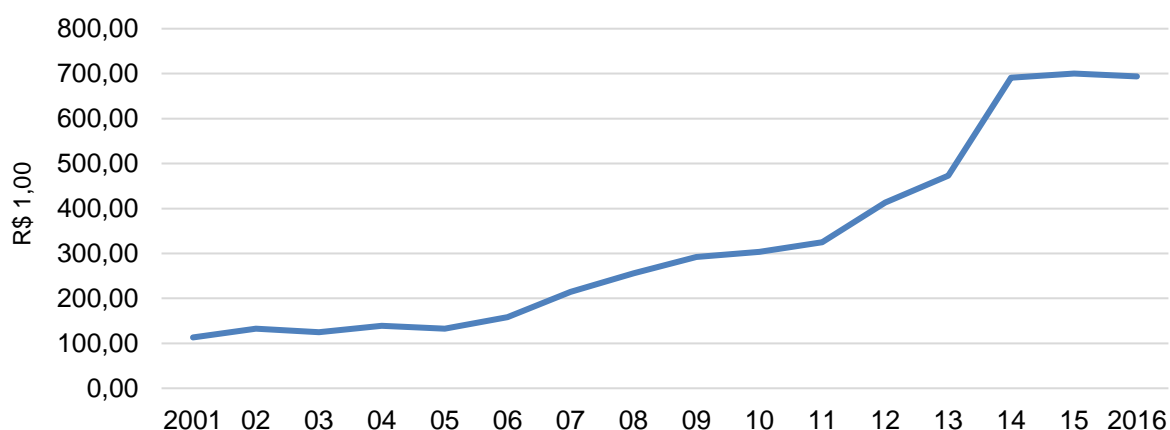
⁷ Incluso o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), as multas e juros e dívida ativa, e desconsiderando as contribuições.

⁸ Lei Complementar n. 285, de 31 de outubro de 2013.

Assim, é possível observar que o Imposto sobre Serviço Sobre Qualquer Natureza (ISSQN) apresenta um crescimento mais ascendente desde 2007, sendo o principal tributo do município. Já o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), até 2012 acompanhava de perto a arrecadação do Imposto sobre Transmissão de Bens Inter-Vivos (ITBI) e as Taxas, mas a partir de 2013 teve um saldo na arrecadação, também derivado do novo Código Tributário e Planta de Valores Genéricos⁹.

Dividindo a arrecadação das receitas tributárias¹⁰ e a população de Palmas, confere um salto de R\$ 113 pagos em 2001 para R\$ 694 pagos por cada cidadão em 2016, uma variação de mais de 514%. A média anual ficou de R\$ 322,65 arrecadados para cada habitante.

Gráfico 14 – Receita tributária per capita de Palmas-TO de 2001 a 2016



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do FINBRA e IBGE

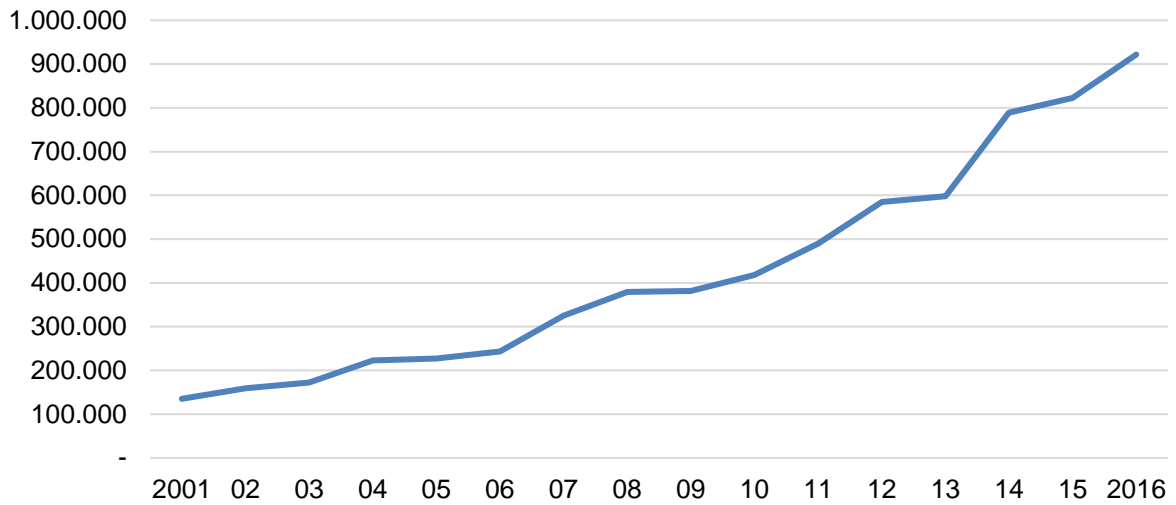
3.2.3 Despesas executadas

As despesas totais do município de Palmas cresceram 616% de 2001 a 2016, ligeiramente menor que o crescimento das receitas no mesmo período. A despesa teve crescimento médio de 14% ao ano, ligeiramente inferior à média das receitas do período.

O gráfico 15 apresenta o comportamento das despesas de Palmas (TO) ao longo do período de 2001 a 2016, num computo geral que inclui os Poderes Executivo e Legislativo.

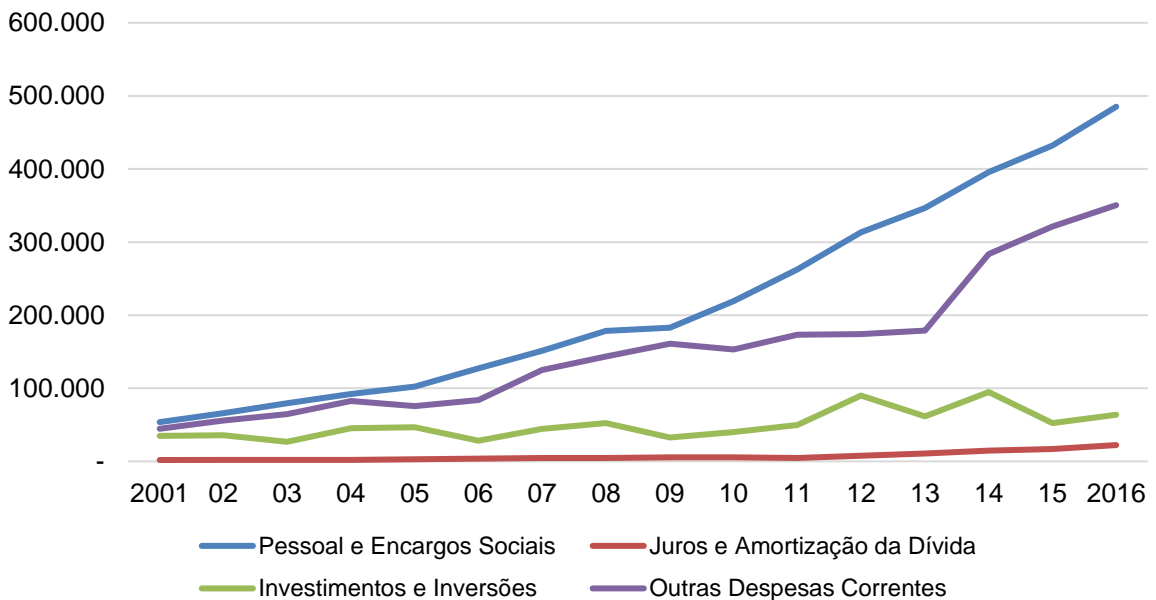
⁹Lei n. 2.018, de 31 de dezembro de 2013.

¹⁰Líquida de deduções, e descontados as multas, juros e dívida ativa.

Gráfico 15 – Despesas de Palmas (TO) em milhares de reais (2001 a 2016)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do FINBRA

A principal despesa do município de Palmas é a despesa com pessoal, que responde em média por 48% do total gasto. Em seguida tem-se as outras despesas correntes, que são em sua maioria compostas pelo custeio administrativo e dos serviços públicos, como saúde e educação.

Gráfico 16 – Despesas de Palmas (TO) por grupo de natureza de despesas, em milhares de reais (2001 a 2016)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do FINBRA

O gráfico acima apresenta um comportamento dos grupos de despesas, sendo realizadas adaptações para simplificação da demonstração dos grupos de despesas,

juros e encargos da dívida em conjunto com o grupo de amortização da dívida e o grupo de investimentos junto com o grupo das inversões financeiras.

As despesas com pessoal partiram de R\$ 53,7 milhões em 2001 para R\$ 485,2 milhões em 2016, salto de mais de 804% no período. É possível observar que a partir de 2009 os gastos com pessoal passam a ter crescimento mais inclinado.

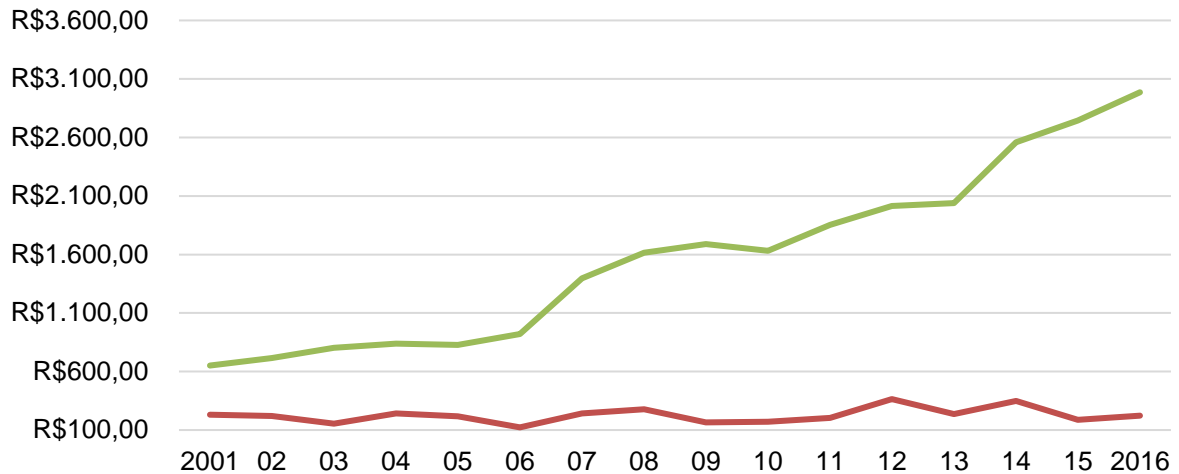
De 2001 até 2009 o gasto médio com pessoal era de R\$ 114,8 milhões, e de 2010 até 2016 foram para R\$ 350,7 milhões, bem mais que o dobro do período anterior. Uma provável explicação para o crescimento são as revisões anuais de salários e as contratações temporárias para as áreas de saúde e educação, por exemplo.

Já as outras despesas correntes, que inclui os gastos com o custeio administrativo e a prestação de serviços públicos cresceram 686% no mesmo período de 2001 a 2016, saindo de R\$ 44,6 milhões em 2001 para R\$ 350,5 milhões em 2016. A média dessas despesas ficou em R\$ 154,5 milhões. Pelo gráfico observa-se que o período entre 2013 e 2014 houve o maior incremento, com mais de 59% de evolução de um ano para o outro.

Enquanto os investimentos e as inversões financeiras obtiveram um crescimento mais modesto, de apenas 82% no período, partindo de R\$ 35 milhões em 2001 e alcançando R\$ 63,8 milhões em 2016. Os juros e amortização da dívida tiveram uma variação de 1.139% entre 2001 e 2016, saindo de R\$ 1,8 milhão em 2001 para R\$ 22,3 milhões em 2016. O gasto médio ficou em R\$ 6,9 milhões.

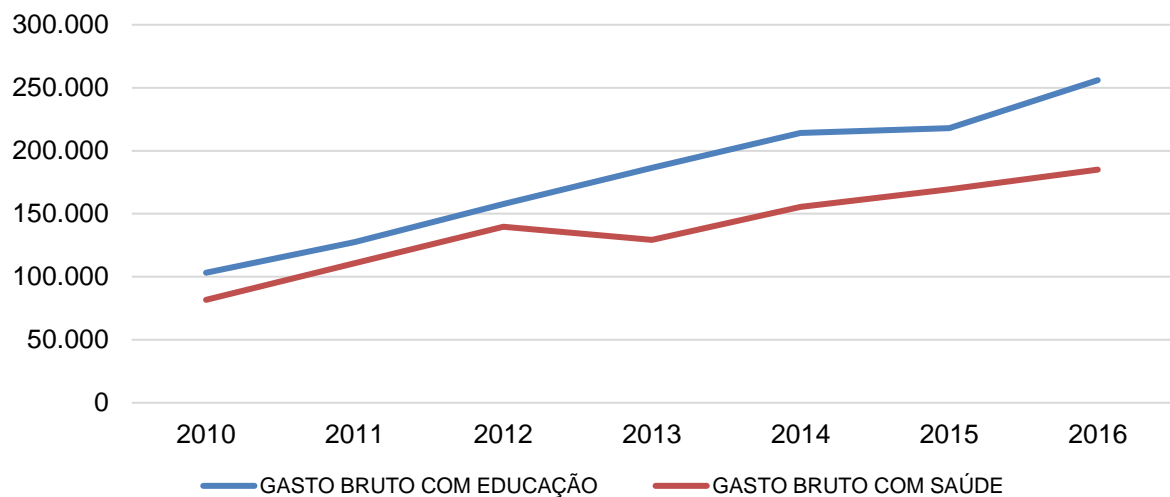
Realizando uma distribuição dos gastos com investimentos e do custeio pela população, temos que são investidos em média R\$ 225,63 por habitante, enquanto o custeio em média consome R\$ 1.580,27 de cada cidadão.

Assim, contrastando os dados *per capita* para as despesas e receitas, é possível dizer que no período de 2001 a 2016 a receita tributária do município de Palmas conseguiu suportar os investimentos realizados, mas do custeio mostra ser insuficiente, o que demonstra a dependência de outras fontes de receitas. O gráfico 17 apresenta a evolução da *per capita* dos investimentos (obras e equipamentos permanentes) e do custeio (prestação de serviços), descontado as receitas e despesas intraorçamentárias.

Gráfico 17 – Investimentos e custeio per capita em Palmas (TO), de 2001 a 2016

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do FINBRA

Aplicando os investimentos em educação e saúde de Palmas, observa um crescimento linear, principalmente no tocante a educação. Em 2016 o gasto per capita, foi de R\$ 661,18 e R\$ 914,86, respectivamente. Já os investimentos saltaram de 2010 a 2016 mais que 100% em educação e 85% em saúde.

Gráfico 18 - Investimentos em educação e saúde em Palmas-TO, em milhares de reais (2001/2016)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do FINBRA

3.2.4 Desempenho empresarial

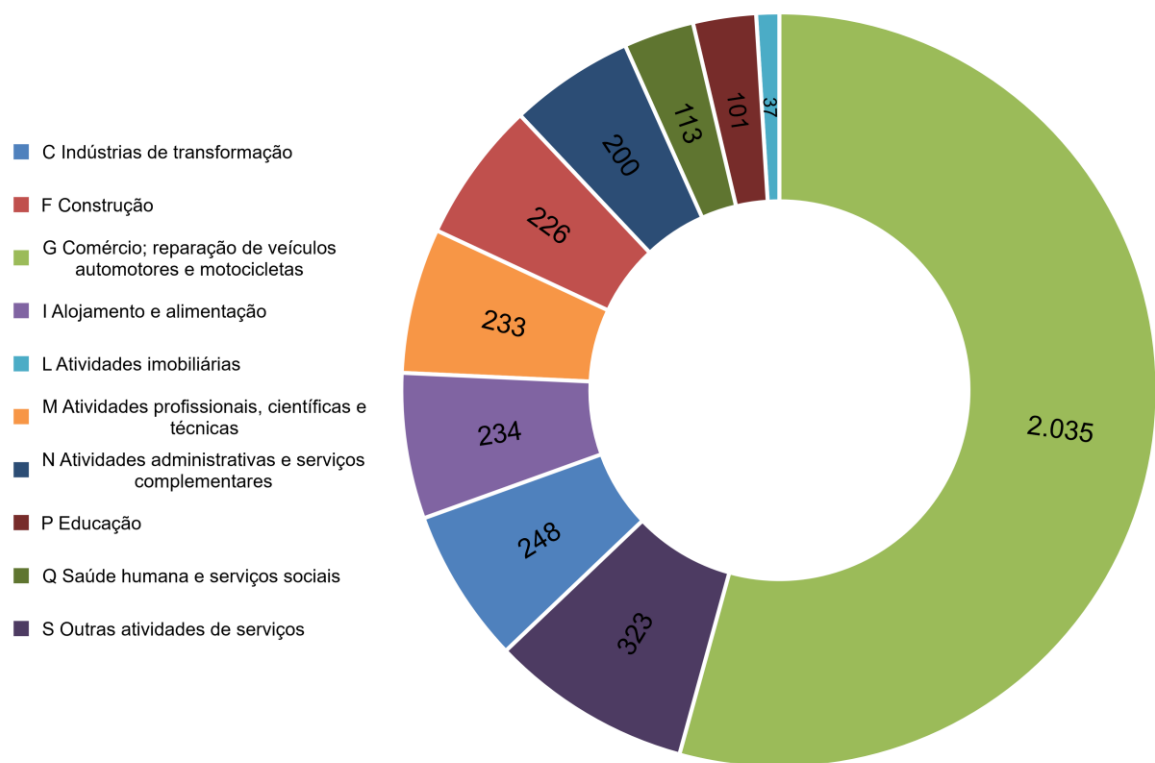
Os dados do IBGE (2018) indicam que Palmas detinha em 2016 de 8.327 unidades locais, ou empresas, um crescimento de 83% em relação a 2006. A tabela 5 apresenta a variação anual das empresas em Palmas e no Tocantins.

Tabela 5 – Número de empresas e variação percentual: Palmas e Tocantins (2006 a 2016)

ANO	Palmas	% Var	Tocantins	% Var
2006	4.613	-	21.026	-
2007	4.826	4,6	21.656	3,0
2008	5.442	12,8	22.828	5,4
2009	5.716	5,0	24.478	7,2
2010	6.503	13,8	26.126	6,7
2011	6.783	4,3	26.279	0,6
2012	7.420	9,4	27.431	4,4
2013	7.900	6,5	28.823	5,1
2014	8.030	1,6	27.568	-4,4
2015	8.430	5,0	28.144	2,1
2016	8.327	-1,2	28.120	-0,1

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

O gráfico 19 representa o peso dos setores (CNAE 2.0) das atividades econômicas de Palmas no número de empresas, o que demonstra a importância do setor de serviços para a economia palmense, que desagregado possui a distribuição abaixo:

Gráfico 19 – Distribuição das empresas por dos setores de atividades econômicas em Palmas-TO (base 2006)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE.

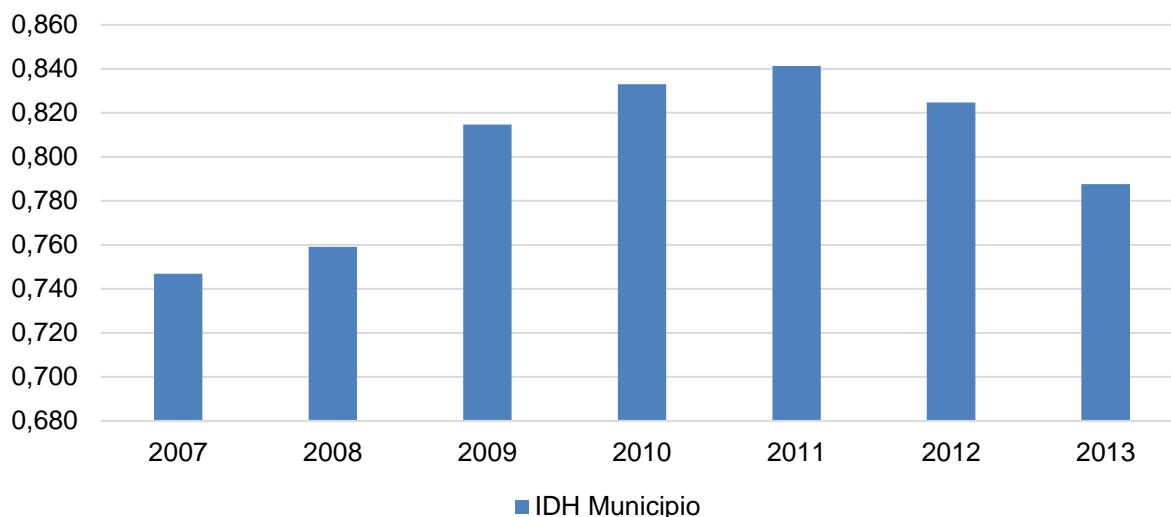
Pela distribuição é possível notar que o comércio é a atividade que maior tem representatividade, seguido da indústria de transformação. Os serviços de hotelaria, restaurantes e bares veem em seguida, acompanhado pelos serviços profissionais e técnicos como os advocatícios e contábeis. A construção civil também detém de relevância, assim como os serviços administrativos, superando os serviços em saúde e educação.

3.3 Indicadores socioeconômicos de Palmas

3.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Palmas é considerado alto, principalmente pelo fator da educação e longevidade. Segundo a Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Palmas detinha em 2010 da 76ª posição entre todos os demais municípios, estando a frente da média nacional e do Tocantins.

Gráfico 20 – IDHM do município de Palmas (TO), de 2007 a 2013.



Fonte: DataSebrae.

O gráfico extraído do DataSebrae, com base nos dados do PNUD, apresenta uma variação do IDHM de Palmas no período estudado, com crescimento a partir de 2009 e uma oscilação entre 2012 e 2013. Ainda assim, Palmas está na faixa de alto desenvolvimento (IDHM entre 0,700 e 0,799).

3.3.2 Cobertura de água e esgoto

A tabela 6 apresenta a evolução da cobertura urbana dos serviços de água e esgoto, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Algumas discrepâncias são sentidas, como os anos em que a cobertura de água superou o quantitativo da população estimada pelo IBGE. Muito provavelmente decorre de erros de declarações oferecidas ao SNIS.

De toda sorte, Palmas possui uma ampla cobertura de água tratada, sendo que a rede de esgoto atende mais da metade da população.

Tabela 6 – Cobertura de esgoto e água em Palmas (TO) de 2001 a 2016.

Ano	População	População urbana atendida com abastecimento de água	% População total	População urbana atendida com esgotamento sanitário	% População total
2001	150.884	132.240	88	88.464	59
2002	161.137	162.636	101	48.694	30
2003	172.176	198.044	115	87.979	51
2004	187.639	198.044	106	87.979	47
2005	208.165	199.479	96	71.433	34
2006	220.889	209.556	95	81.544	37
2007	178.386	207.867	117	89.089	50
2008	184.014	183.186	100	89.106	48
2009	188.645	184.632	98	91.687	49
2010	228.332	218.077	96	112.316	49
2011	235.316	228.524	97	112.316	48
2012	242.070	220.434	91	123.431	51
2013	257.904	232.084	90	112.229	44
2014	265.409	257.491	97	154.117	58
2015	272.726	264.829	97	193.852	71
2016	279.856	263.684	94	183.764	66

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arrojado projeto da cidade de Palmas, pensada para ser capital do Estado do Tocantins, foi oriundo de grandes ambições políticas e esteve inserido num contexto de reforma urbana da constituinte de 1988, do qual se mostrou mais pretencioso do que realmente se apresentava.

Conforme Velasques (2009), a previsão inicial do projeto era de 300 mil habitantes, podendo chegar a 1,2 milhões, mas que nesse interim desde a sua instalação em 1989, Palmas só veio a atingir a marca inicial apenas em 2019, três décadas depois.

No período avaliado de 2001 a 2016 o crescimento médio da população de Palmas ficou 4 vezes a mais que média anual e evoluiu quase que o dobro em relação a população do censo de 2000.

Palmas como centro administrativo e político apresenta uma economia fortemente representada pelos setores de serviços e administração pública, com significativo peso na composição do PIB.

Segundo o IBGE (2019) o comércio é a atividade que maior tem representatividade na economia de Palmas, acompanhado da indústria de transformação e dos serviços de hotelaria, restaurantes e bares, serviços profissionais e técnicos como os advocatícios e contábeis, além da construção civil.

Os dados avaliados sugerem que no início da segunda década de seu estabelecimento, Palmas teve o maior crescimento nominal do PIB, sendo que a média anual de crescimento no período de 2001 a 2016 foi superior à das demais capitais.

Nesse interim, Palmas apresentou uma variação de novas empresas maior que o estado do Tocantins, sendo que em 2016 havia 8.327 unidades locais, ou empresas, enquanto 2006 tinha 4.613, um crescimento de 83%.

A demanda por mão de obra e a própria evolução da cidade fez com que Palmas respondesse em 2016 por 39% das admissões realizadas no estado do Tocantins, respondendo por grande parcela da geração de empregos.

A taxa da população ocupada chegou ao pico de 61% em 2009, ficando em 49% no fim do período avaliado.

A renda média dos trabalhadores medida em salários-mínimos, partiu de 3,9, em 2006, para o pico de 4,4 em 2011, médias essas que são superiores a observada em nível nacional.

Noutro ponto, ao considerar toda a produção econômica de Palmas e dividi-la pela população, observa-se que em 2016 o PIB *per capita* de Palmas foi R\$ 28.974, superior ao do Estado do Tocantins, de R\$ 20.599, mas inferior a *per capita* nacional, de R\$ 35.888.

Em contraste com a arrecadação de Palmas, o crescimento de 2001 a 2016 foi de mais de 655%, puxado principalmente pelo desempenho econômico a da segunda década de existência. A arrecadação tributária de Palmas, por exemplo, partiu de R\$ 18 milhões em 2001 para R\$ 225 milhões em 2016, um salto bastante expressivo.

Ao considerar a arrecadação tributária sem as multas, juros e dívida ativa, e distribuindo esses valores pela população de Palmas, o valor que corresponde a cada cidadão em 2001 era de R\$ 113,13, dobrando a partir de 2010 e atingindo a marca de R\$ 700,27 em 2015. Essa evolução considerável pode estar atrelada a alterações legislativas, como a revisão do Código Tributário do Município de Palmas, ou outro evento sazonal não considerado.

De semelhante movimento, as despesas do município de Palmas também evoluíram, saltando de R\$ 135 milhões em 2001 para os R\$ 921,7 milhões. A variação de 616% foi inferior ao das receitas. O crescimento médio no período para as despesas ficou abaixo das receitas, sendo de 14% para aquelas e de 15,4% nessas, uma indicação de equilíbrio e liquidez das finanças do município.

A despesa que maior teve evolução foi a com os servidores, que em 2016 alcançou o valor de R\$ 485 milhões, representando mais de 50% do gasto daquele ano. Esse gasto pode ser representado pelo número de servidores municipais de Palmas, que chegou a dispor de quase 11 mil em 2010.

A ampliação do gasto pode estar atrelada as revisões anuais e outras situações previstas nos planos de carreiras, assim como as contratações temporárias para as necessidades nas áreas de educação e saúde.

No contraponto, os investimentos realizados no período foram bem menores que a ampliação do gasto com custeio. Por exemplo, em 2016 cada cidadão arcou com R\$ 222,34 com investimentos, que são referentes as obras e aquisição de bens permanentes, enquanto o custeio, que engloba os gastos em educação, saúde, limpeza urbana e a manutenção das demais atividades como o pagamento dos

servidores e dos órgãos públicos do município, custou R\$ 2.986,02 para cada habitante.

Levando-se em consideração os gastos com saúde e educação, tem-se que o gasto *per capita*, foi de R\$ 661,18 e R\$ 914,86, respectivamente. O valor investido na educação em 2016 foi de R\$ 256 milhões, aumento de mais de 100% em relação a 2001. Já o valor investido na saúde em 2016 foi de R\$ 185 milhões, aumento de 85% em confronto com 2001.

Outro dado importante a ser destacado é que aproximadamente 100% da população é assistida com água tratada e esgoto na faixa de 70% de cobertura.

Conjugando os dados socioeconômicos, observa que Palmas possui o IDHM considerado alto, estando na posição 76ª dentre todos os municípios de Palmas, ocasionado principalmente pelo fator educação e longevidade.

Ao que infere pelos dados obtidos e analisados, os indicadores indicam que Palmas, capital do Tocantins, possui um papel relevante para o estado, sendo vetor de crescimento e de geração de renda e emprego.

Ademais, Palmas, sendo a mais nova das capitais, tem uma dinâmica social de crescimento bem notável dado as suas características de cidade administrativa, ainda que o seu traçado inicial não tenha se concretizado dentro do esperado, e estivera alheia às grandes ambições políticas.

No período de 2001 a 2016 os indicadores estudados indicam que a cidade soube cumprir com o seu papel de desenvolvimento, tendo grandes desafios e lacunas a serem superados, como a segregação urbana e a especulação imobiliária, e o crescimento populacional e de necessidade de serviços públicos com qualidade.

Oportunamente há de ser destacado que a amplitude das informações contida neste trabalho permite que futuramente os dados e indicadores possam ser objeto de outras avaliações não abordadas pela metodologia adotada, inclusive quanto atualização de dados e indicadores por meio de artigos científicos, sendo, portando, importante ponto de partida.

REFERÊNCIAS

ACCORSI, Matheus Ponzoni. **Aproximação do institucionalismo com teorias do desenvolvimento sócio-econômico**. Florianópolis: 2007.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do Pensamento Econômico: Uma Abordagem Introdutória**. São Paulo: Atlas, 1998.

BOGONI, Nadia Mar; NELSON, Hein; BEUREN, Ilse Maria. **Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v.45, n. 1, p. 159-179, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2019.

BRITO, E. P. **A ocupação do espaço urbano de Palmas - Tocantins**. In: ABREU, Y. V. (Org.). Olhares sobre o Estado do Tocantins: Economia, Sociedade e Meio Ambiente. 1ed. Malaga - Espanha: Eumed - Universidade de Malaga, 2010, v. 1, p. 18-43.

_____. **O Planejamento da cidade e a formação do centro urbano de Palmas**. Para onde!? (UFRGS), v. 4, p. 118-132, 2009.

CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CARVALHÊDO, W. R.; LIRA, E. R. **Palmas Ontem e Hoje: do interior do cerrado ao portal da Amazônia**. OBSERVATORIUM, v. 1, p. 51-73, 2009.

CELIS TORRES, Laura Jimena del Pilar. **Análise de indicadores socioeconômicos para avaliação de impactos da cana-de-açúcar nos principais estados produtores**. Campinas, 2013.

CORIOLOANO, G.P. **Palmas: entre o planejamento e a exclusão**. Minha Cidade, v.122, 2010.

COUTO, Joaquim Miguel. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch**. Econ. soc., Campinas, v.16, n. 1, p. 45-64, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010406182007000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 nov. 2019.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8a ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GIAMBIAGI, Fabio. ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil**. 4. Ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HUNT, E. K.; Lautzenheiser, M. **História do pensamento econômico**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasília. 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro, 2019.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

JÚNIOR, José Farias. **A importância do planejamento estratégico municipal no desempenho socioeconômico**: Análise dos municípios do Rio Grande do Sul entre 2000 e 2009. Porto Alegre, 2012.

KRAN, F. S.; FERREIRA, F. P. M. **Qualidade de vida na cidade de Palmas**: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém - PA. Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007. v. 1.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. **Indicadores econômicos**. FAE Business School. Economia empresarial. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, p. 27-41, 2002.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**: Ilegalidade Desigualdade da Violência. São Paulo: 1995. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf> Acesso em: 04 nov. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO – MTE. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MONTE-MÓR, R. L. M. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Texto para discussão nº 281. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

_____. **Planejamento Urbano no Brasil**: emergência e consolidação. Etc(UFF),v.1, 2007b.

OLIVEIRA, M.P.S. **O espaço urbano enquanto expressão da luta de classes**: o caso de Palmas-TO (dissertação de mestrado). São Luís – MA, PPGDSE, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>>. Acesso em 04 nov. 2019.

RODOVALHO, S. A. **Palmas, do projeto ao plano**: o papel do planejamento urbano na produção do espaço (dissertação de mestrado). Palmas – TO, PPGDR, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização desigual** (3a ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, STN. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SIEDENBERG, D. **Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico**: uma síntese. Desenvolvimento em Questão, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.
SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

TEIXEIRA, L.F.C. **A Formação de Palmas**. Dossiê das Cidades Planejadas na Hinterlândia. Revista UFG: Junho 2009, Ano XI nº 6.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de Sustentabilidade**: Uma análise comparativa. Santa Catarina, 2002.

VELASQUES, A. B. A. **Palmas (1989)**: a última capital planejada do século XX. In: VIII SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º Seminário DOCOMOMO Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

VELOSO, R. S. **A contradição em processo em palmas – TO**: especulação imobiliária e direito social à moradia em uma cidade de contrastes (dissertação de mestrado). Palmas - TO, PPGDR, 2014.

VIEIRA, Edson Trajano, et al. **Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica**. Taubaté – SP: G&DR, 2012.

VILLAÇA, F. **Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje**. 2000. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/campo_gde.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

APÊNDICE A - TABELA DE RECEITAS DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2001 A 2018

	R\$ Milhares							
RECEITAS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
RECEITAS CORRENTES (I)	122.613	146.220	163.907	204.871	237.004	273.154	302.540	362.750
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	17.069	21.364	21.535	26.137	27.541	34.891	38.254	47.092
Impostos	14.546	19.357	19.075	23.250	24.466	31.276	34.605	43.768
IPTU	3.020	2.541	3.359	3.368	3.347	3.469	3.974	4.401
IRRF	1.949	1.693	2.365	3.651	3.873	5.165	7.486	7.914
ITBI	1.144	1.346	1.248	1.034	1.429	1.845	2.428	4.245
ISSQN	8.434	13.777	12.103	15.197	15.817	20.796	20.717	27.208
Taxas	2.523	2.000	2.265	2.749	3.034	3.594	3.619	3.317
Outras Receitas Tributárias	-	7	196	138	41	21	30	6
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.891	2.567	2.225	3.044	3.487	2.400	5.432	6.063
RECEITAS PATRIMONIAIS	2.024	2.664	4.065	3.342	9.898	9.378	3.789	11.610
RECEITAS DE SERVIÇOS	-	-	-	-	-	160	186	245
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	99.489	112.686	124.506	159.042	191.344	219.268	246.252	283.582
Transferências Intergovernamentais	99.489	111.092	122.940	152.630	187.570	209.555	243.049	278.820
Transferências da União	88.231	85.822	91.572	113.804	140.540	157.551	179.572	199.922
FPM	60.311	74.992	77.828	91.594	113.840	126.917	146.351	165.239
Transferências do SUS - União	13.096	9.013	11.612	19.704	22.371	24.017	26.848	26.059
Outras Transferências da União	14.824	1.817	2.132	2.505	4.328	6.617	6.374	8.625
Transferências do Estado	11.258	11.835	15.797	20.435	24.190	26.608	30.717	36.272
ICMS	7.732	9.740	13.093	16.200	17.832	18.694	20.633	26.006
IPVA	1.756	2.095	2.704	3.194	4.424	6.250	8.877	8.429
Transferências do SUS - Estado	-	-	-	-	-	-	-	858
Outras Transferências do Estado	1.770	-	-	1.042	1.934	1.664	1.207	979
FUNDEB	-	13.434	15.571	18.391	22.840	25.396	32.760	42.626
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	3.720	1.000	120
Transferências de Convênios	-	1.594	1.536	6.412	3.773	5.992	2.203	4.642
Outras Transferências Correntes	-	-	31	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.138	6.939	11.575	13.305	4.734	7.057	8.626	14.157
Multas e Juros de Mora	-	863	1.142	1.872	1.173	2.047	4.814	3.570
Receita da Dívida Ativa	1.359	2.365	3.251	6.061	3.368	4.149	3.688	7.423
Demais	779	3.712	7.182	5.372	193	861	124	3.164
RECEITAS DE CAPITAL (II)	14.733	13.489	11.789	30.933	11.128	16.578	13.416	23.256
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	82	900	1.606	4.773	5.772	3.265	1.419
ALIENAÇÃO DE BENS	415	116	21	691	149	819	421	568
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	8	2	-	70	594	872	1.034
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.518	13.284	10.865	28.635	6.136	9.393	8.858	20.236
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	801	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	137.346	159.709	175.696	235.803	248.131	289.732	315.956	386.006

Fonte: Elaboração própria a partir do Finbra.

APÊNDICE B - TABELA DE RECEITAS DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2009 A 2016

	R\$ Milhares							
RECEITAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	365.361	396.472	475.139	534.163	605.175	724.226	748.541	850.896
RECEITA TRIBUTÁRIA	55.131	69.280	76.428	100.059	121.968	183.304	190.982	194.229
Impostos	51.210	63.074	69.305	91.862	111.930	168.053	174.096	179.400
IPTU	7.587	10.066	11.366	20.939	24.432	49.108	46.312	44.720
IRRF	6.773	9.066	12.398	14.332	22.004	27.160	27.264	32.637
ITBI	4.477	5.570	6.964	9.606	11.916	13.900	15.115	14.250
ISSQN	32.372	38.372	38.576	46.985	53.578	77.885	85.406	87.793
Taxas	3.921	6.189	7.123	8.196	10.036	15.244	16.886	14.829
Outras Receitas Tributárias	-	16	-	-	2	7	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.209	8.511	8.174	7.555	10.905	12.684	13.504	15.917
RECEITA PATRIMONIAL	3.386	3.792	8.053	8.269	10.370	28.959	16.935	11.604
RECEITA DE SERVIÇOS	246	-	55	-	1.670	2.946	85	422
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	282.358	300.042	362.193	389.293	434.514	460.803	488.266	596.138
Transferências Intergovernamentais	278.345	294.850	361.177	386.743	430.689	454.644	486.698	588.679
Transferências da União	191.112	184.433	216.710	213.537	241.181	258.792	266.136	310.589
FPM	117.573	119.014	157.980	147.218	157.687	174.432	182.305	209.369
Transfências do SUS - União	27.591	31.249	46.245	51.419	60.776	64.002	67.155	73.506
Outras Transferências da União	45.948	34.169	12.486	14.899	22.718	20.358	16.676	27.713
Transferências do Estado	39.857	52.127	64.463	85.864	90.743	87.980	98.746	122.686
ICMS	30.190	40.027	48.311	64.331	70.967	64.717	71.757	80.761
IPVA	9.072	10.523	13.248	15.816	17.494	20.438	24.122	29.374
Transfências do SUS - Estado	363	449	1.464	4.878	2.145	2.507	2.332	11.473
Outras Transferências do Estado	232	1.128	1.440	838	137	319	535	1.077
FUNDEB	47.375	58.290	80.005	87.343	98.764	107.872	121.816	155.405
Transferências de Instituições Privadas	-	210	367	322	852	1.489	594	639
Transferências de Convênios	3.650	4.981	649	2.228	2.973	4.671	920	6.809
Outras Transferências Correntes	363	-	-	-	-	-	54	10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.031	14.848	20.235	28.987	25.749	35.529	38.769	32.586
Multas e Juros de Mora	3.656	5.361	6.468	6.433	8.072	14.740	16.861	21.171
Receita da Dívida Ativa	5.337	9.481	10.836	18.955	7.861	19.979	20.861	9.874
Demais	9.037	7	2.931	3.599	9.815	810	1.046	1.540
RECEITAS DE CAPITAL (II)	24.470	17.538	18.382	36.402	26.270	17.098	23.570	39.497
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	994	3.753	13.268	8.168	5.584	9.003	10.613	21.715
ALIENAÇÃO DE BENS	699	647	357	153	261	143	2.023	19
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	1.014	1.325	1.237	1.665	1.345	1.038	1.623	1.655
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21.762	11.813	3.520	26.415	19.080	6.914	3.163	11.506
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	6.149	4.601
TOTAL (III) = (I+II)	389.830	414.010	493.520	570.565	631.445	741.324	772.112	890.393

Fonte: Elaboração própria a partir do Finbra

APÊNDICE C - TABELAS DE RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2001 A 2016

	R\$ Milhares	
ANO	INTRAORÇAMENTÁRIAS	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
2001	-	122.613
2002	-	146.220
2003	-	163.907
2004	-	204.871
2005	-	237.004
2006	-	273.154
2007	8.527	308.318
2008	9.225	362.750
2009	9.780	374.919
2010	9.707	411.900
2011	16.782	499.129
2012	19.706	579.242
2013	18.517	622.519
2014	23.471	774.449
2015	25.476	796.925
2016	50.193	913.121

Fonte: Elaboração própria a partir do Finbra

APÊNDICE D - TABELA DE DESPESAS DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO) – 2001 A 2016

								R\$ Milhares
DESPESA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
DESPESA CORRENTES (I)	99.150	116.260	139.157	158.307	173.327	204.525	250.792	298.949
Pessoal e Encargos Sociais	53.688	65.953	76.438	89.310	98.587	122.145	137.104	162.290
Juros e Encargos da Dívida	895	834	889	963	1.054	1.521	1.684	1.725
Outras Receitas Correntes	44.567	49.473	61.829	68.034	73.686	80.859	112.003	134.933
DESPESA DE CAPITAL (II)	35.903	36.468	27.823	34.220	45.830	20.771	43.935	41.677
Investimentos	35.000	35.478	26.722	33.011	43.236	17.398	39.863	37.123
Inversões Financeiras	-	-	-	-	958	1.062	1.324	1.499
Amortização da Dívida	902	990	1.101	1.210	1.635	2.312	2.749	3.056
TOTAL (III) = (I+II)	135.053	152.728	166.980	192.527	219.157	225.296	294.727	340.626

Fonte: Elaboração própria a partir do Finbra

								R\$ Milhares
DESPESA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	8.527	9.476
Exercícios anteriores e sentenças judiciais	-	6.303	5.604	30.040	7.671	17.828	22.090	29.073

Fonte: Elaboração própria a partir do Finbra

								R\$ Milhares
DESPESA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESA CORRENTES (I)	320.633	336.206	376.042	463.858	510.059	654.510	713.268	752.137
Pessoal e Encargos Sociais	173.250	201.000	231.371	294.457	328.720	371.841	407.503	433.240
Juros e Encargos da Dívida	1.838	2.145	1.627	3.624	4.785	3.760	4.642	5.462
Outras Receitas Correntes	145.545	133.061	143.044	165.777	176.555	278.910	301.123	313.434
DESPESA DE CAPITAL (II)	33.598	40.853	50.264	83.508	64.826	102.183	59.686	72.863
Investimentos	28.686	36.306	45.848	77.866	58.511	90.490	47.410	56.251
Inversões Financeiras	1.354	1.359	1.272	1.618	572	2.232	1.548	1.568
Amortização da Dívida	3.558	3.188	3.144	4.024	5.743	9.462	10.728	15.044
TOTAL (III) = (I+II)	354.230	377.059	426.306	547.366	574.885	756.693	772.954	825.000

Fonte: Elaboração própria a partir do Finbra

								R\$ Milhares
DESPESA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Intraorçamentárias	8.840	11.605	19.013	15.667	18.083	24.736	26.008	51.633
Exercícios anteriores e sentenças judiciais	18.452	29.439	44.749	21.929	4.829	7.304	23.801	45.072

Fonte: Elaboração própria a partir do Finbra

**APÊNDICE E - TABELA DE DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PALMAS
(TO) – 2010 A 2016**

FUNÇÃO	R\$ Milhares						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
LEGISLATIVA	18.988	17.688	20.985	24.204	26.321	27.481	32.283
ADMINISTRAÇÃO	46.517	53.409	61.019	78.513	145.465	116.332	127.374
SEGURANÇA PÚBLICA	9.287	9.289	11.916	18.051	29.392	23.541	29.438
ASSISTÊNCIA SOCIAL	18.323	17.587	20.624	17.030	21.034	19.289	24.881
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.460	7.662	10.016	19.837	20.547	25.049	30.152
SAÚDE	81.693	110.662	139.810	129.368	155.492	169.356	185.035
TRABALHO	2.735	2.490	6.939	860	6.044	5.401	6.146
EDUCAÇÃO	103.221	127.466	157.719	186.493	214.261	218.009	256.030
CULTURA	5.910	6.336	6.067	5.878	12.325	8.081	14.911
URBANISMO	54.606	74.558	67.198	71.358	81.718	89.732	87.188
HABITAÇÃO	3.153	3.086	11.560	507	7.410	6.155	5.882
GESTÃO AMBIENTAL	3.360	8.096	30.701	17.683	553	1.056	3.612
AGRICULTURA	4.822	4.738	4.657	6.368	5.925	5.655	14.649
COMÉRCIO E SERVIÇOS	10.182	4.079	3.880	244	11.986	5.255	5.007
ENCARGOS ESPECIAIS	21.265	20.151	11.865	10.493	28.450	20.703	30.370
OUTRAS*	38.239	32.005	46.904	21.005	26.078	77.419	51.096

Fonte: Elaboração própria a partir do Finbra.

*Inclui as demais funções de governo estabelecida na Portaria MPOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e utilizadas pelo município de Palmas.